



N.º 20

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO / DO MANDATO 2021/2025.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, na Casa do Povo de São Manços, reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta o seguinte ponto:

Ponto Único – Prestação de Contas 2023.

III. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão cumprimentando o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão.

Estiveram presentes os membros da mesa:

Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo

1º Secretário - Luís Carlos Fialho Pardal

2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança

Procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:

- Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes

- Maria Antónia Cara-Linda B.S. Boieiro (em substituição de Maria Clara Canotilho Grácio)

- Cármen Dolores Avó Baião Ferreira de Almeida (em substituição de Lília Graciete Zambujo

Fidalgo)

- José Maria Rodrigues Figueira

- Gertrudes da Conceição Gomes Pastor

- Carlos Alexandre Godinho Pirraça (em substituição de António João Tonaco Gavela)

- Isidro José de Oliveira Lobo

- Bruno Manuel dos Santos Martins

- José Vitorino Piteira

- Maria Antónia Zacarias (em substituição de David Miguel Mirrado Lopes)

- Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita

- Carla Susana Romanga (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)
- Paulo José Ribeiro (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)
- Natanael José Carvalho da Vinha
- Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- Nelson Fernando Nunes Galvão (em substituição de Bernarda Julieta da Noite Cota)
- Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
- Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- Redolfo Constantino Pereira
- Paula Cristina Nobre de Deus
- João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- Mário Augusto Bragado Monginho (em substituição de Ananias Delfim Courelas Quintano)
- Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
- Francisco Manuel Branco de Brito
- Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- Luís Maria Nunes dos Santos
- Filipa Gomes de Almeida Perdigão Lobo da Silveira (em substituição de Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos)
- Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso

Ausente:

- Joaquim António Filipe Pimpão

A Câmara Municipal fez-se representar por:

- Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- Alexandre Manuel Rosa Varela
- Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
- Bárbara Cristina Lopes Moraes da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão Calixto)
- Patrícia José Correia Raposinho

Ausente:

- Florbela da Luz Descalço Fernandes

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenção do público e questionou se alguém pretendia intervir, tendo-se verificado um pedido.

O Munícipe Bernardino Teles questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o grave problema da água potável que abastecia as casas, porque à saída do depósito poderia ser potável, mas quando chegava às casas não o era e também sobre a situação do pagamento da água, porque metade pagava e a outra metade não.

O Presidente da Câmara começou por saudar todos os presentes e, em particular, a senhora Presidente da Junta de Freguesia e os Órgãos da Freguesia, agradecendo a receção, e lembrou que o problema da água, em São Manços, era desde a alteração da

1 sua origem, porque antes era proveniente de furos e outras captações, e quando a água,
2 em alta, foi entregue às Águas do Centro Alentejo passou a ter outra origem e que a
3 informação que tinham, e que era conhecida, foi de que as diferentes características
4 químicas da água teriam reagido com a situação existente nas canalizações em São
5 Manços, o que tinha causado e continuava a causar aqueles problemas.

6
7 Mencionou que tinham já sido efetuadas algumas intervenções, e que iriam continuar, no
8 sentido de resolverem o problema, no entanto, infelizmente, não tinha sido possível
9 realizarem todas as que estavam previstas, embora recentemente tivesse sido feito um
10 investimento na ligação ao depósito e, por outra via, à conduta de água, o que
11 aparentemente poderia ter melhorado nalgumas situações, mas que, de facto, noutras não
12 melhorou.

13
14 Informou que estava a decorrer mais um concurso para se poder executar outra
15 intervenção na rede pública e considerou que, com aquelas duas intervenções, o problema
16 poderia ficar resolvido, mas que tinham um terceiro problema relacionado com um
17 conjunto de ligações clandestinas às canalizações de água, em particular de furos, o que
18 causava problemas também na qualidade da água, porque não havendo válvulas de
19 retorno aquela água entrava, também, nas canalizações públicas, e que o sabiam porque
20 existia uma diferença de qualidade química da água proveniente dos furos e da qualidade
21 da que recebiam das Águas do Vale do Tejo, portanto, tinham de contactar os municípios
22 que tinham aquelas ligações, no sentido de não terem contacto com a canalização pública.

23
24 Reafirmou estarem a fazer os investimentos no sentido de procurarem resolver aquela
25 situação e tem dito que quem tinha aquele problema mais agravado deveria dirigir-se à
26 Câmara, para poderem verificar a situação porque tinham situações muito diferentes.

27
28 Relativamente ao pagamento da água, confirmou que, de facto, existia um conjunto de
29 municípios que não pagava, alguns alegando a falta de qualidade da água, mas o que
30 pretendiam era que quem tinha a água com qualidade pudesse pagar e quem não a tinha
31 pudesse ter alguma compensação por parte da Câmara.

32
33 Concluiu informando que a próxima intervenção, com o concurso que estava a decorrer
34 na ordem dos 300 mil euros, permitiria resolver a parte em falta da conduta da água,
35 substituindo-a num conjunto de ruas, e a intervenção junto dos municípios para a
36 separação dos furos, e esperava que até ao final do presente ano grande parte daquele
37 problema estivesse resolvido.

38
39 **O senhor Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos do
40 público, informou que iria dar a palavra à senhora Presidente da União das freguesias de
41 São Manços e São Vicente do Pigeiro, Florinda Russo, agradecendo a hospitalidade com
42 que os recebeu, para a apresentação da sua Freguesia.

43
44 **A senhora Presidente da União das Freguesias de São Manços e São Vicente do**
45 **Pigeiro**, Florinda Russo, agradeceu e deu as boas-vindas a todos os presentes, salientando
46 o privilégio de ter a Sessão da Assembleia Municipal na sua Freguesia, tendo para o feito
47 uma intervenção relatando o percurso e evolução da Freguesia.

1 **A deputada Elmina Lopes** começou por agradecer a receção da Assembleia Municipal
2 em São Manços, com a excelente visita a várias Associações da Freguesia que eram
3 extraordinárias e que demonstravam uma notável capacidade de organização de trabalho,
4 mas que a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Manços lhe
5 tinha suscitado alguns comentários, nomeadamente a realização de uma Assembleia
6 Municipal Extraordinária numa Freguesia Rural onde não tinham espaço de discussão
7 para falarem aprofundadamente sobre as questões da Freguesia e que teria sido melhor
8 numa Assembleia Ordinária com um ponto para a Freguesia e ser muito mais produtivo.
9 Agradeceu, também, a intervenção do público que mostrou realmente que uma das suas
10 principais preocupações era a questão da água, recordando que há 24 anos ouvia falar
11 daquele problema e reforçou que, finalmente, se estava a avançar porque parecia que era
12 uma questão da atualidade e uma responsabilidade da atual Câmara. Chamou, assim, a
13 atenção de que a Câmara Municipal não era a única fonte de recursos para a resolução de
14 todos os problemas que a sociedade enfrentava. Poderia até haver uma necessidade
15 premente de pressionar a Câmara, que era a entidade mais próxima, mas a nível de
16 políticas sociais, de saúde, de educação, apesar da desastrosa descentralização de
17 competências que foi mal concretizada, e que na realidade o Governo central não podia
18 transferir competências para o poder local, Câmaras e Juntas de Freguesia, sem os meios
19 competentes e descartar-se das suas responsabilidades, portanto, tinha de haver uma forte
20 consciência das populações de que as suas reivindicações teriam de chegar mais acima e
21 exigir condições para o apoio às populações localmente.

22
23 **A deputada Paula de Deus** saudou a população de São Manços e São Vicente do Pigeiro
24 ali presentes, na pessoa da Senhora Presidente Florinda Russo, que durante aqueles 12
25 anos militou na defesa daquelas comunidades, que era a sua causa, pela sua resistência à
26 frente de uma comunidade com um problema tão grave como aquele e que ainda assim
27 mantiveram a sua confiança e, por isso, também o reconhecimento do trabalho realizado
28 pela equipa que estava no Executivo. Saudou, também, a dinâmica associativa que
29 dinamizavam fortemente aquelas comunidades, que eram conhecidas pelo seu espírito
30 festivo, que representava bem o amor que tinham por aquela terra, por quem lá nasceu ou
31 optou por lá viver.

32 Relativamente à questão da água, disse que não sabia a data em que tinha começado o
33 problema, que tinha sido há muito tempo e por isso era tão difícil de resolver, mas que a
34 CDU também não tinha estado à altura de o resolver em 12 anos, portanto, era um
35 problema muito profundo e muito sério que já existia quando o PS chegou à Câmara, não
36 obstante tudo o que o PS tinha feito quanto ao abastecimento de água e de infraestruturas
37 para a população do concelho. Considerou que tinham de ter a hombridade de lhes pedir
38 desculpa, por aquele problema e disse que bancada do Partido Socialista nunca tinha
39 desarmado durante aquele tempo e também não iria desarmar, que continuariam com
40 aquele compromisso e concluiu agradecendo novamente à Senhora Presidente por todo o
41 trabalho realizado.

42
43 **O deputado Bruno Martins** agradeceu à população de São Manços, na pessoa da sua
44 Presidente da Junta, a forma como os receberam, apesar de não ter estado presente, por
45 motivos profissionais, e solicitou que ficasse registado em ata que o Bloco de Esquerda
46 repudiava veementemente aquela violação grosseira ao Regimento que estava, mais uma
47 vez, a ocorrer. Considerou que tal situação não beneficiava a democracia, porque se
48 quisesse estaria ali durante 3 horas num monólogo, de forma populista, sobre os
49 problemas de São Manços, sobre os problemas da água, com o microfone aberto e o
50 senhor Presidente não teria qualquer hipótese de o parar, portanto, sendo uma sessão

1 extraordinária poderia ter sido colocado um ponto na Ordem do Dia sobre aquele assunto
2 e ter havido uma grelha de tempos clara, porque nem a Assembleia nem a população de
3 São Manços merecia aquele nível de informalidade.
4 Sublinhou pretender que ficasse registado que não lhe agradou a violação do Regimento
5 da Assembleia Municipal de Évora.

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que partilhava daquele desagrado e que
8 assumia a responsabilidade pelo lapso.

9
10 **O deputado Gonçalo Costa** começou por cumprimentar, em especial, o público de São
11 Manços, que estava presente naquela Assembleia Municipal Extraordinária, e disse que
12 gostaria também de poder cumprimentar o público em casa, mas que, infelizmente, tal
13 não era possível daquela vez. Solicitou que ficasse também registado em ata o desrespeito
14 pelo trabalho da Assembleia Municipal e pelo público que não tinha a possibilidade de
15 acompanhar presencialmente as Assembleias Municipais, mas que através na transmissão
16 de *streaming* tinha a possibilidade de seguir os trabalhos e saber de uma forma informada
17 o que se passava no concelho, portanto, não ter sido possível providenciar os meios para
18 que aquela sessão fosse transmitida, como era prática nas sessões ordinárias, não
19 conseguia perceber o problema que existia com as sessões extraordinárias.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou que aquela questão não ocupasse
22 tempo e que teriam ocasião, noutro momento, de voltar àquele assunto porque estavam
23 no ponto dedicado à Junta de Freguesia de São Manços e à intervenção da senhora
24 Presidente, relativamente à problemática da água e de outros aspetos que foram
25 evidenciados durante a visita.

26
27 **O deputado José Figueira** pretendeu reafirmar e subscrever a intervenção do membro
28 da Assembleia Bruno Martins, do Bloco de Esquerda, porque na verdade estavam a sair
29 da Ordem do Dia e que deveriam ter um ponto para analisar a situação da Freguesia de
30 São Manços sem ser informal e sem capacidade de intervenções sustentadas, pelo que
31 lamentou aquela situação.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** reafirmou que também lamentava e que já tinha
34 assumido a responsabilidade, mas recordou que tinha sido o público a introduzir aquele
35 tema e que qualquer membro da Assembleia tinha o direito de se pronunciar sobre ele.

36
37 **O deputado Natanael Vinha** recordou que a água era um direito humano reconhecido
38 por todos e que, como direito humano, significava também o grau de desenvolvimento
39 humano do abastecimento de água, em condições de qualidade e quantidade, e que tinha
40 sido uma conquista do 25 de Abril, assim como o saneamento básico.

41 Considerou que a água, e a forma como se organizava, também caracterizava o sistema
42 social por causa das suas regras, da sua qualidade, do seu abastecimento, da sua utilização,
43 da civilidade na sua utilização e para que fins, se era muito ou pouco abundante.
44 Acrescentou que, quando havia escassez ou dificuldades no abastecimento à comunidade,
45 como um todo, faziam um esforço coletivo para garantir o abastecimento de água, porque,
46 enquanto cidadãos, tinham também a responsabilidade da forma de utilização e de
47 participação no sistema, porque o problema estava no modo como as pessoas
48 participavam e quem participava no sistema, se eram só as instituições públicas a
49 transferir água para o sistema ou se havia outras pessoas também a transferir. Afirmou
50 ser naquela questão que estava a chave do problema, há mais de 20 anos, de difícil

1 resolução, realçando que era responsabilidade de todos, enquanto cidadãos, participarem
2 no sistema, que era comum, que definia a sua civilidade, com as interdependências que
3 existiam para todos.

4
5 **O deputado Paulo Ribeiro**, em nome do Movimento Cuidar de Évora, agradeceu na
6 pessoa da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Manços, a simpatia e a
7 amabilidade de todos os que tinham estado sempre presentes durante toda a visita, e
8 também o roteiro que tinha sido preparado, porque lhes permitiu perceberem um pouco
9 das dificuldades mais prementes da freguesia, do ponto de vista associativo.

10 Exteriorizou a solidariedade do Movimento para com as dificuldades que tinham sido
11 manifestadas e que eram sentidas pelas populações de São Manços em vários níveis, que
12 se aperceberam ao longo do dia. Recordou o papel de decisores políticos e o que as
13 populações esperavam deles e era seu entendimento a importância de deixarem ali
14 também uma mensagem de esperança.

15
16 **O deputado Francisco Figueira** começou por pedir desculpa por não lhe ter sido
17 possível acompanhar a visita, durante a manhã, e apresentou um cumprimento muito
18 especial à população de São Manços que estava presente e requereu à mesa que lhe fosse
19 disponibilizado o registo áudio daquela Assembleia Municipal.

20 Considerou que tinha ficado clara a razão pela qual a minoria, que presidia à Câmara,
21 tinha impedido que houvesse uma transmissão *streaming* daquela Assembleia. Quanto à
22 discussão sobre o Regimento, assinalou que o senhor Presidente da Assembleia já tinha
23 assumido aquele lapso, da sua parte, e que politicamente os eleitos do Concelho de Évora
24 não se podiam escudar no Regimento para calar o povo de São Manços, porque estavam
25 a comentar e a assumir posições políticas e a população de São Manços estava ali presente
26 e tinha colocado uma questão aos eleitos que os representavam, pelo que o seu dever,
27 enquanto eleitos, era responder aos anseios das populações.

28 Disse que tinham voltado a ouvir, passados 11 anos, que a Câmara Municipal ainda não
29 tinha tido a possibilidade de resolver aquele problema da água de São Manços, portanto
30 não tinham tido a hipótese de arranjar 350 mil euros nos 11 orçamentos que tinham sido
31 aprovados naquela Câmara Municipal, pelo que voltou a dizer ao Partido Socialista que
32 a 15 meses das próximas eleições, e porque tinha deixado passar todos os Orçamentos,
33 pelo menos no último mandato, continuava sem haver as obras em São Manços.

34 Realçou o empenhamento da Senhora Presidente da Junta e disse que já chegava irem ali
35 dizer às pessoas que iam resolver e que quem tinha tido a responsabilidade de governar a
36 Câmara durante 50 anos continuava a dizer às pessoas que iam resolver, porque um mês
37 naquelas circunstâncias já seria demasiado, e não o resolveram.

38
39 **A deputada Paula de Deus** começou por dizer que as intervenções sobre o assunto que
40 estavam ali a debater não tinham um carácter informal, porque estavam a ocorrer ao
41 abrigo do ponto I da Assembleia, que era o Período de Intervenção do Público e era
42 naquele contexto que, quem ali estava, tinha o dever de responder, por um lado, de
43 interpelar o Presidente da Câmara ou quem for visado, por outro. Logo, em nada aquela
44 Assembleia diminuiu a dignidade do assunto que estavam a tratar, portanto para
45 manterem a elevação do debate quiseram fazer aquele ponto de ordem, porque o mínimo
46 que lhes deviam era a dignidade do assunto que estavam a tratar e que ele ficasse gravado,
47 que estava a ser tratado com toda a seriedade e formalismo, como se a Assembleia
48 Municipal se realizasse em Évora, fosse ordinária e tivesse um ponto sobre o assunto da
49 água, portanto, feito aquele esclarecimento, que se impunha por respeito à Presidente da

1 Junta de Freguesia, ao funcionamento da Assembleia e ao próprio Presidente da
2 Assembleia, mas, sobretudo, por respeito às pessoas que ali estavam.
3 Relativamente ao passar culpas sobre aquela matéria, disse que tinham todos de ter o
4 sentido de responsabilidade sobre a complexidade que aquele problema tinha e se uns
5 tinham votado a favor os 11 Orçamentos, até ao presente, outros nunca tinham
6 apresentado uma proposta que resolvesse o problema da água em São Manços e,
7 objetivamente, a solução nunca foi apresentada pelo PSD, que agora aproveitava aquela
8 situação para “galgar a onda, surfar a onda” como se costumava dizer, mas o assunto era
9 demasiado sério para que aquilo fosse feito. Portanto, quem ali estava que assumisse o
10 compromisso de apresentar uma proposta a inscrever nos próximos orçamentos e disse
11 que, de facto, não era tempo de passar culpas, era tempo de, no futuro, gerirem as
12 responsabilidades de cada um, não era gerirem expectativas nem esperanças em vão, logo
13 o caminho tinha que se continuar a fazer, certamente os anteriores executivos também
14 tinham dado passos, mas o passo final tinha de ser dado para a água correr nas torneiras
15 de São Manços.

16
17 **O deputado Bruno Martins**, pelo facto de ter sido interpelado de forma indireta,
18 esclareceu que havia, de facto, a falta de regras e de transparência que, aliás como se tem
19 visto a nível nacional na Assembleia da República, abria portas para o populismo e os
20 exercícios de populismo eram um grave problema para a Democracia, e disse-o de
21 consciência tranquila porque quem o conhecia e ao Bloco de Esquerda em Évora sabia
22 que têm tido uma oposição determinada ao executivo CDU e também uma posição muito
23 clara e definida sobre o problema da água de São Manços. Portanto, querer de alguma
24 forma afirmar nas entrelinhas que havia quem não quisesse debater o tema refugiando-se
25 no Regimento era algo que não admitia a nenhum deputado e não admitia que a mesa não
26 interviesse para o defender enquanto deputado porque quando tomaram posse
27 prometeram honrar o Regimento, as regras Democráticas, porque senão entravam num
28 exercício de populismo e de comício de caça ao voto, que tratavam aquelas pessoas como
29 idiotas, mas aquelas pessoas eram informadas e sabiam perfeitamente a posição dos
30 partidos e sabiam também que numa sessão ordinária haveria um espaço maior para
31 aquela discussão.

32 Considerou que a realização daquela discussão, sem regras e sem limites, abria as portas
33 ao populismo, como já terem tido várias intervenções do mesmo grupo municipal, sem
34 saberem de quantos minutos, e que pudesse continuar, portanto não estava em causa a
35 população de São Manços nem o problema que estavam a debater, que era um problema
36 sério, e que o Bloco de Esquerda já tinha falado sobre aquele assunto muito seriamente,
37 mas em consciência não se sentia bem em estar a discutir aquele assunto sem o respaldo
38 do Regimento, porque se todos levantassem a mão, no grupo municipal do Partido
39 Socialista, e decidissem intervir 10 minutos, que era algo razoável, estariam ali 2 horas
40 no ponto, pelos vistos, de intervenção do Público, que o senhor Presidente não confirmou
41 se estavam no ponto de intervenção do Público ou se estavam em qualquer outro ponto,
42 portanto, a questão não era a seriedade do debate, a questão era a seriedade das regras
43 democráticas, que quando não eram cumpridas abriam portas ao populismo.

44
45 **A deputada Florinda Russo** disse que aquela questão da água só tinha surgido naquele
46 momento porque uma pessoa do público a tinha levantado, e muito bem, mas considerou
47 que foi bastante oportuno e que tudo aquilo que foi dito tinha interesse porque era um
48 problema muito grave, independentemente de ser sessão ordinária ou extraordinária, era
49 uma questão de saúde pública, que afetava a população há bastantes anos, por isso não
50 viu qualquer problema em ser discutido na Ordem do Dia.

1
2 **O deputado Francisco Figueira** referiu que tinha ouvido com muita atenção a
3 intervenção da deputada do Partido Socialista, Paula de Deus, relativamente ao passar
4 culpas e disse que, de facto, o PSD não podia passar culpas porque nunca tinha governado
5 a Câmara em 50 anos, portanto, culpa do PSD de certeza que não era, mas havia um
6 compromisso que podiam assumir, que se dali a 15 meses ganhassem a Câmara não
7 tivessem dúvidas de que aquela obra se iria fazer.

8
9 **O deputado Joaquim Piteira** desejou que o problema da água, que era um bem comum,
10 fosse resolvido o mais rápido possível porque o problema estava por resolver e disse que
11 estava de acordo em relação ao não pagamento da água, porque era evidente que quem
12 não tinha água em condições não deveria pagar e depois faria o acerto com a Câmara.
13 Referiu terem de agir de outras formas com o que tinham a seu favor, e não era populismo,
14 era fazerem uso daquilo que eram as suas armas porque um Presidente de Junta tinha
15 pouca força, era muito pequenino na sociedade e em matéria autárquica, e só com a ajuda
16 da Câmara e de todos os deputados conseguiriam fazer alguma coisa.
17 Considerou que aquele problema tinha de ser discutido, que a situação tinha de ser
18 resolvida, que todos tinham culpa, não só os que passaram, mas todos os estavam
19 atualmente e tinham aquela responsabilidade.

20
21 **A deputada Paula Pita** referiu que tinha ouvido muito atentamente a questão da água,
22 que era falada muitas vezes, mas já tinha percebido que no próximo mandato iria ficar
23 resolvida, se não ficasse até ao final do presente mandato, mas também tinha visto que
24 algumas Associações tinham algumas dificuldades e que precisavam de algum apoio,
25 nomeadamente a questão do Centro Escolar.

26 Colocou uma outra questão, não só daquela zona da freguesia, mas também na Junta de
27 Freguesia de São Vicente do Pigeiro, que estava a acontecer e que, num futuro, daqui por
28 20 ou 30 anos, ainda iria causar mais problemas do que a água, que era a da agricultura
29 intensiva do olival e do amendoal, e questionou se havia contrapartidas por parte daqueles
30 produtores, daqueles agricultores para aquelas aldeias, e alertou que, da Andaluzia, as
31 populações já estavam a fugir porque já estava completamente seca, já parecia um deserto,
32 e que ali estavam a caminhar para o mesmo, portanto considerou que era um assunto que
33 deveria ser pensado naquele momento e também que as Juntas de Freguesia pelo menos
34 existissem alguma coisa em troca, para o desenvolvimento das suas populações.

35
36 **O Presidente da Câmara** realçou não poder deixar passar em claro o que o senhor
37 Francisco Figueira, deputado que representava a minoria PSD naquela Assembleia
38 Municipal, tinha dito sobre ter sido informado e documentado de que tinha sido impedida
39 a transmissão daquela sessão da Assembleia Municipal, pelo que gostaria de perceber
40 qual era a documentação que tinha para fazer aquela afirmação e aproveitou para dizer
41 que, em relação àquelas intervenções, recusava claramente aquela situação porque a
42 Câmara não tinha responsabilidade porque tinha respondido ao que a Assembleia
43 Municipal tinha colocado no início do ano. Tinha contratado todas as sessões ordinárias
44 quer da Câmara Municipal quer da Assembleia Municipal para transmissão, que aquele
45 concurso estava ativo e esclareceu que, sendo uma transmissão extraordinária, para a qual
46 tinha de ser feita uma contratação extraordinária, a empresa que prestava aquele serviço
47 não estava disponível e foram contactadas mais 2 empresas que também não estavam
48 disponíveis, pelo que recusou completamente que se quisesse atribuir à Câmara
49 Municipal qualquer responsabilidade àquele nível.

1 Considerou que era óbvio que, estando em São Manços, teriam de falar sobre a questão
2 da água e que ficasse bem claro que convidava todas as pessoas que tinham o problema
3 da mesma, como já o tinha feito nas muitas vezes que lá foi para tratar desse mesmo
4 problema e dando a cara relativamente àquela questão, a fazerem uma exposição
5 exatamente a dizer o problema que tinham na sua casa, que eles responderiam, iriam
6 verificar e, naturalmente, indemnizariam as pessoas, portanto, era aquele o desafio que
7 fazia a todos.

8
9 Relativamente àquela matéria disse que não tinham problemas em a abordar sendo que,
10 de facto, aquela situação não tinha surgido há 50 anos, porque há 50 anos tinha sido
11 resolvida uma parte, mas que tinha surgido na altura em que passaram do sistema
12 municipal para o sistema intermunicipal e que ficasse bem claro que até àquela altura o
13 abastecimento de água não tinha problemas, ou não tinha problemas de maior, e que
14 apesar das dificuldades tem dando a cara em nome da Câmara na procura da resolução do
15 problema, alertando que tinham mais, para além dos já colocados, como o do PH da água,
16 que era fornecida pelas Águas do Vale do Tejo. Que quando era modificado causava
17 alterações na rede, assim como o problema das ligações ilegais de furos que entravam na
18 rede pública, portanto era um conjunto de problemas na rede pública de São Manços que
19 não era fácil, mas que estavam a procurar resolver e informou que não eram apenas os
20 300 mil euros de acréscimo de investimento que iriam fazer, para intervencionar a Rua
21 Dr. Barahona, a Rua da Igreja, a Rua Dr. Francisco Manuel Murteira, a Rua do Rossio, a
22 Avenida Eng.º Vasco Almeida Conde Vilalva, mas também um conjunto de intervenções
23 ao nível da rede, o que implicava uma verificação quase casa a casa, para apurarem a
24 situação, em cada casa ainda que na mesma rua.

25
26 Reafirmou que assumia as responsabilidades que tinham por não terem conseguido
27 resolver o problema até ao presente, que havia razões para tal, que não iria invocar ali,
28 mas que estavam empenhados na resolução do problema da água o mais depressa possível
29 e disse que as pessoas deviam protestar, que tinham razão para protestar, portanto não iria
30 sacudir a água do capote, relativamente àquilo e até convidou as pessoas a colocarem as
31 questões e que dava a cara para, com seriedade, sem demagogia, poderem responder a um
32 problema que existia em São Manços e que queriam resolver.

33
34 Sobre a visita que fizeram às Associações salientou a atenção que devem ter e recordou
35 que, sobre o Centro Infantil de São Manços, havia um compromisso da Câmara de que se
36 a candidatura, que naquele momento estava a decorrer, fosse aprovada, a Câmara
37 garantiria a participação nacional para que a obra nova do Centro Infantil de São
38 Manços pudesse avançar, assim como um compromisso de poderem participar no
39 projeto de arquitetura e de especialidades para aquele Centro. Na altura o valor tinha sido
40 estimado na ordem dos 10 mil euros, mas que atualmente foi apresentado com o valor de
41 30 mil euros e a Câmara disse que iriam participar com o valor com que se tinham
42 comprometido e que consideravam o outro valor até exagerado, portanto, o Centro
43 Infantil de São Manços fazia falta, tinha dado um salto importante, tinha um conjunto de
44 crianças, não apenas de São Manços, mas de várias localidades, e que mantinham o
45 compromisso assumido pela Câmara.

46
47 Relativamente ao centro de dia, informou que era um problema que tinham um pouco por
48 toda a zona rural onde estavam a verificar haver cada vez menos procura de centros de
49 dia e cada vez mais a procura de lares, porque tinham uma população que estava a
50 envelhecer e muita população a viver sozinha, isolada, pelo que iriam ter a necessidade

do lar. Referiu que tinham dificuldades com o centro de dia, mas que a Câmara continuava disponível para ajudar, mas que não se atirasse para cima da Câmara, como era hábito, dizendo “então o Governo não resolve, a Câmara tem que resolver” e lembrou que desde 2015 não eram atualizados os valores para a comparticipação nos centros de dia e que viviam com dificuldades financeiras.

Sobre o Grupo de Forcados de São Manços, confirmou que levaram anos para responder a um compromisso que tinham assumido, mas que o cumpriram e o grupo tinha atualmente uma sede depois de terem lutado muito, e saudou-os por isso, mas também com a contribuição da Câmara, e recordou que não tinha sido mais cedo porque inicialmente estava prevista a possibilidade do Centro Infantil de São Manços poder ir para a antiga escola, mas que agora o Grupo de Forcados estava devidamente acomodado na sua nova sede, e bem, para a qual trabalharam muito.

Em relação ao Grupo Desportivo, disse que também tinham assumido um compromisso de fazerem investimento e tinham um programa que o permitia, mas a primeira coisa a fazer, e que estavam a dar apoio, era a legalização do espaço porque não era possível fazerem investimentos sem a legalização do espaço e, portanto, estavam a dar o apoio e a trabalhar com o Grupo Desportivo para a legalização e de seguida poderem avançar para a questão do investimento.

Relativamente à Associação de Jovens, informou que estavam à procura de um espaço onde a Associação se pudesse instalar, mas não estava a ser fácil, já tinham identificado 2 ou 3 espaços, mas cada um deles tinha os seus problemas, mas continuarão a trabalhar com a Associação de Jovens para encontrarem um espaço que permita o desenvolvimento da sua atividade.

O Presidente da Câmara concluiu dizendo que, por respeito a todas aquelas Associações, apesar das deficiências, têm estado empenhados e têm tido uma relação direta e permanente com as Associações de São Manços incluindo, obviamente, a Junta de Freguesia, para tentarem resolver os problemas.

O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Ponto Único da Ordem do Dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto Único – Prestação de Contas 2023.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara recordou que a Prestação de Contas do Município tinha sido aprovada pela Câmara Municipal no passado mês de abril e que tinha solicitado a possibilidade de transferir a discussão daquele ponto para uma reunião posterior, no sentido de procurar a possibilidade de viabilização da apreciação da Prestação de Contas naquela Assembleia Municipal, que provavelmente não tinha sido possível encontrarem a solução, mas que cabia àquela Assembleia fazer a apreciação da Prestação de Contas de 2023.

Relativamente à atividade Municipal do ano 2023, realçou o início da construção da Évora Capital Europeia da Cultura em 2027, a conclusão de um conjunto vasto de investimentos aprovados e com as necessárias reprogramações no PT2020, no valor de

vários milhões de euros em distintos programas, que apenas o projeto dos Paços do Concelho e o projeto da ligação pedonal, entre a Estação Ferroviária e o Centro Histórico, passando pela obra no Rossio de S. Brás, foram reprogramados para 2024 e também a apresentação das primeiras candidaturas ao PRR, com um conjunto de investimentos, muitas vezes claramente abaixo daquilo que seria desejável, mas foi o possível, em áreas carenciadas e sentidas pelas populações, nomeadamente na rede viária, nas escolas, no abastecimento de água e saneamento.

Na Área Social salientou o importante avanço no âmbito do Plano Local de Habitação, com a apresentação de um conjunto de projetos a financiar e que apontavam para a utilização de uma verba de 63 milhões de euros, para iniciativas municipais e também para o apoio a particulares, a Revisão do Plano de Urbanização da Cidade e um reforço significativo do apoio ao Movimento Associativo sem fins lucrativos.

Em relação a questões ligadas à Juventude e à área da Economia, relembrou que o ano de 2023 tinha sido marcado pela guerra na Ucrânia, que prosseguia sem fim à vista e que ameaçava escalar, com enormes perigos para os povos da Europa, e também o recrudesimento da guerra entre Israel e a Palestina, com os atos terroristas que causaram 1200 mortos israelitas e a tomada de reféns perpetrados pelo Hamas, mas também com a catástrofe humanitária que atingia 2 milhões de palestinianos e o genocídio que já ultrapassava 35 mil pessoas, entre crianças, jovens, mulheres e homens que continuava em curso na faixa de Gaza, perpetuado pelo governo Israelita, e disse que o Município de Évora tinha afirmado a sua solidariedade com os povos atingidos, que eram as principais vítimas da guerra, e defendeu a urgência de se fazer o caminho da paz e não da guerra com base nos acordos existentes nas Nações Unidas.

Evidenciou que a guerra tinha prolongado o impacto do problema inflacionista, que já se vinha a registar em 2021, que foi acelerado e ampliado em 2022 e que se prolongou em 2023, com impactos significativos no país, e também em Évora, tendo sido um ano atípico de grande incerteza, de severos impactos negativos, nomeadamente a nível económico e social, e que, no caso do Município, obrigou a alterações na programação Municipal prevista, sempre procurando salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro estrutural do Município e assegurar a diversificação da atividade Municipal.

Abordando algumas situações específicas relativas à força de trabalho do Município de 2022 para 2023, salientou que tinham registado um aumento de 9 trabalhadores, mas se comparassem o quadro pessoal em 2013 e em 2023 não tinham tido um aumento de trabalhadores, pelo contrário, tinham tido uma diminuição de cerca de 45 trabalhadores, e recordou que, em 2022, tinham recebido 309 trabalhadores da Transferência de Competências das Escolas e em 2023 tinham recebido mais 10 trabalhadores da Transferência de Competências na área da Educação, a quem procuraram garantir todos os direitos e condições, que nalguns casos não tinham nas suas escolas.

Sobre os principais dados financeiros e económicos do Município, destacou que eram globalmente positivos, ainda que registando alguns aspetos negativos, que a dívida global do Município de 2022 para 2023 tinha diminuído em mais de 3 milhões de euros, mas se a comparação fosse relativamente a 2013 a redução seria de 44,7 milhões de euros.

Em relação ao prazo médio de pagamento a fornecedores, informou que também tinha tido uma diminuição, não exatamente a que era apresentada nas contas da forma que a

1 DGAL apresentava, mas realmente na ordem dos 50 dias que foi o valor com que
2 terminaram em 2023, o que significava, também, um prazo médio de pagamento que
3 estava dentro do que se apontava, ainda que tivessem problemas de tesouraria que
4 indicaria posteriormente, mas que voltaram a terminar o ano sem pagamentos em atraso,
5 desde há muitos anos que têm conseguido garantir aquela situação.

6
7 Confirmou que tinham, e mantinham, o equilíbrio orçamental, apesar do valor muito
8 desequilibrado vindo de 2013, e disse que naquele momento tinham um valor positivo de
9 4,4 milhões de euros no equilíbrio orçamental e que o saldo orçamental registava o valor
10 também positivo de 7,2 milhões de euros e que a evolução económica registava uma
11 regressão, que havia uma redução da trajetória que vinham fazendo, ainda assim o EBITA
12 tinha um valor positivo na ordem dos 7,5 milhões de euros, mas que tinham valores
13 negativos nos resultados operacionais, na ordem de 1,9 milhões de euros e nos resultados
14 líquidos do exercício, na ordem dos 3,4 milhões de euros. Acrescentou que para aqueles
15 resultados tinha contribuído a alteração ao sistema de contabilidade pública, que diminuiu
16 o número de anos de amortização dos equipamentos e a obrigação do aumento do valor
17 das amortizações, e que, em consequência, os resultados tenham sido alterados, tendo
18 sido uma decisão puramente administrativa que tinha tido aquele impacto nas contas do
19 Município e também nas contas de todos os Municípios.

20
21 Relativamente ao limite de endividamento, informou que tinham voltado a aumentar a
22 capacidade do Município e que no final de 2013 se situava em 20,5 milhões de euros,
23 recordando que ainda não o podiam utilizar integralmente porque a lei apenas permitia a
24 utilização de 20% daquela capacidade de endividamento.

25
26 Quanto ao Orçamento, referiu que a receita tinha tido um total de cerca de 64 milhões de
27 euros, correspondendo a uma taxa de execução abaixo daquela que previam, na ordem
28 dos 77%, essencialmente por 2 razões, que têm explicado ao longo dos anos, ou seja,
29 tinham cerca de 14 milhões de euros que correspondiam aos chamados cabimentos
30 obrigatórios, que passavam de ano e tinham de ser registados no ano civil mesmo quando
31 o seu pagamento se prolongava por mais do que um ano, ou seja, fazendo aquelas contas,
32 de facto o que não tinham conseguido realizar situava-se nos 5,6 milhões de euros, que
33 em parte tinha sido também justificado por não terem conseguido utilizar o empréstimo
34 aprovado de 3 milhões de euros no ano passado.

35 Sobre a situação que tinham na Câmara, de terem que confrontar ideias e posições,
36 permanentemente, assinalou que tinha havido, e mantinha-se, a capacidade e vontade das
37 diversas forças políticas de procurarem consensualizar a maior parte das questões que
38 eram colocadas, o que foi conseguido ao nível da Câmara e considerou aquela situação
39 muito positiva, naturalmente houve situações onde as divergências não permitiram aquela
40 consensualização, o que era absolutamente normal.

41 Em relação à habitação lembrou que estavam a aplicar a Estratégia Local de Habitação
42 e o Plano Local de Habitação e que tinham sido um dos primeiros Municípios do País a
43 elaborar e assinarem um contrato com o Governo. Concluíram o Atlas da Habitação
44 de Reabilitação Urbana, aprovaram as operações de reabilitação urbana, realizaram mais
45 de 1300 atendimentos para apoio a proprietários, que manifestaram a intenção de
46 apresentar projetos de reabilitação dos seus prédios ou para a obtenção de benefícios
47 fiscais. Na Habévora avançaram com as candidaturas para reabilitação do Bairro General
48 Humberto Delgado onde se previa recuperar 62 fogos, a obra já estava em curso de
49 reabilitação de um quarteirão na Malagueira com 12 fogos, no valor de 1,3 milhões de
50 euros, apoiaram candidaturas de 235 famílias e fizeram 730 atendimentos domiciliários

1 para apoiar famílias que se dirigiram àquela unidade, realizaram 117 vistorias e 80 autos
2 de vistoria, no âmbito das candidaturas ao 1.º Direito, e estavam a concluir a elaboração
3 do projeto de execução do novo Centro de Acolhimento de Urgência Temporário com um
4 investimento de mais de 700 mil euros, que iria acolher pessoas com aquelas necessidades
5 no antigo Lar dos Pinheiros.

6
7 Recordou que, com a saída do PAEL, tinha sido possível iniciarem a descida de impostos
8 e que, em 2023, o IMI tinha sido reduzido de 0,42% para 0,4%.

9
10 Salientou, na Área Social, o importante papel que a Rede Social desempenhava, a
11 execução do Plano Integrado de Apoio Social, o Programa de Melhoria das Condições de
12 Habitabilidade e na área das Escolas a Ação Social Escolar, os transportes e refeições,
13 escolares que tinham ultrapassado, em termos de apoio, 1 milhão e 200 mil euros, e referiu
14 também o funcionamento já regular do Centro de Convívio de São Miguel de Machede,
15 com um investimento de mais de 400 mil euros, a conclusão da obra do Centro de
16 Convívio do Bairro de Santo António, que estava parado há décadas, assim como o de
17 São Miguel Machede, de mais de 400 mil euros e a conclusão dos trabalhos de
18 requalificação do Centro de Convívio da Horta das Figueiras e da Malagueirinha.

19
20 Ainda na Área Social, destacou que a Câmara tinha cumprido rigorosamente todos os
21 seus compromissos, relativamente às questões do novo Hospital Central do Alentejo, que
22 era conhecida a situação, e recordou que, apenas em maio de 2023, tinha sido assinado
23 um Protocolo com o Governo sobre as questões de financiamento.

24
25 No âmbito da Transferência de Competências lembrou que tinham recebido a Área
26 Social e tinha sido o primeiro ano completo a darem resposta a questões que lhes foram
27 transferidas da Segurança Social; que conseguiram evitar um conjunto de situações de
28 rutura, naquela transição com a colaboração, que agradeceu por ter sido uma colaboração
29 empenhada da Segurança Social, e que mantiveram, nalguns casos até alargaram, as
30 parcerias com as instituições sociais que já existiam àquela data.

31
32 Realçou a aplicação do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação.

33
34 Na Área da Educação, recordou que acolheram 309 novos trabalhadores e conseguiram
35 resolver a generalidade das questões que estavam pendentes de direitos dos trabalhadores,
36 que não eram cumpridos e a devolução de competências aos Agrupamentos de Escolas
37 através dos Contratos Interadministrativos, e que a situação estava naquele momento
38 estabilizada. Lembrou que avançaram com a Carta Educativa, com o Plano Educativo
39 Local e com o projeto da Escola André de Gouveia e que tinham feito investimentos nas
40 Escolas de mais de 1 milhão de euros, para além dos apoios socioeducativos.

41 Na área do Desporto, referiu, ainda, que, com atraso, a aplicação do Programa de Apoio
42 a Instalações Desportivas, o reforço de apoios aos Clubes e ao Desporto em geral, que
43 atingiu 600 mil euros, o avanço do projeto do novo Estádio Desportivo com o início das
44 obras em breve, a imensa atividade no Complexo Desportivo, que tinha recebido quase
45 100 mil pessoas no ano passado, e nas Piscinas Municipais registaram um aumento de
46 utentes de 40%, apesar de terem terminado a última fase do investimento ainda era preciso
47 fazerem mais, na ordem dos 500 mil euros.

48
49 Na área da Juventude, realçou o funcionamento do Conselho Municipal da Juventude,
50 com uma intensa atividade das organizações juvenis, na aplicação do Plano Municipal da

1 Juventude e na realização do Mês da Juventude, e referiu em particular a Orquestra
2 Juvenil de Sopros, que foi um projeto que marcou o apoio às bandas, à formação dos
3 músicos e que garantia a sua existência senão teriam muitas dificuldades em manterem-
4 se.

6 Na área da Cultura e do Património, disse que, para além de Évora Capital Europeia da
7 Cultura, realçava o Programa de Revitalização do Centro Histórico, as questões ligadas à
8 reabilitação do Aqueduto da Água de Prata, o projeto de valorização do Cromeleque dos
9 Almendres e que se mantinha a preocupação das entidades responsáveis relativamente à
10 salvaguarda da Anta Grande do Zambujeiro, que estava em risco e que era fundamental
11 dar uma resposta.

13 Do ponto de vista Internacional referiu que Évora tinha vindo a ganhar prestígio, que
14 eram Vice-Presidentes na Organização das Cidades Património Mundial e em Portugal
15 lideravam a Organização Mayors for Peace, a quem davam uma importante contribuição.

17 Na área do Desenvolvimento Económico, salientou que continuavam a atrair
18 investimento, a aumentar o número de postos de trabalho, a gerar mais rendimento e
19 riqueza em Évora, deu como exemplos a abertura do novo Hotel Garden Inn, da cadeia
20 Hilton, que tinha sido o primeiro investimento em Évora, de 22 milhões de euros e a
21 criação de 60 postos de trabalho e que estavam naquele momento a fazer um segundo
22 investimento em Évora junto às Portas de Avis. Prosseguiu referindo a expansão da
23 empresa Aernnova, que já atingiu mais de 600 postos de trabalho e que prevê continuar a
24 aumentá-los, o novo investimento da Tyco, na área dos componentes elétricos, para
25 automóveis e a instalação de diversas empresas no Parque Alentejo e Tecnologia, onde
26 participam no Conselho de Administração e outras incubadoras que, naquele momento,
27 estavam praticamente cheias, o avanço do loteamento dos 10 ha do terreno que adquiriram
28 no PITE, a disponibilização do lote na zona industrial de São Sebastião da Giesteira, o
29 avanço, que já devia estar feito, da infraestruturação da zona empresarial de Nossa
30 Senhora de Machede, o estudo para os novos terrenos do Centro de Acolhimento de
31 Empresas no Aeródromo Municipal, o avanço do processo do futuro Pavilhão Multiusos
32 e o reforço da parceria com o Parque Alentejo de Ciência e Tecnologia.

34 Na área do Ordenamento do Território e Urbanismo, lembrou que estava em curso a
35 alteração do PDM, que estava a ser consensualizada com todas as forças políticas e a
36 revisão do Plano de Urbanização Municipal, em que mantiveram dificuldades e até
37 mesmo atrasos na resposta a alguns processos na Área da Gestão Urbanística. Também
38 na Área da qualificação da Rede Viária tinham um problema sério, tendo investido cerca
39 de 1 milhão de euros, mas que a rede viária precisava de investimentos maiores e que não
40 têm tido a capacidade de executar.

41 Na área do Ambiente informou da prossecução da Estratégia Municipal de Adaptação às
42 Alterações Climáticas, o programa POCITYF e da conclusão do projeto Laboratório Vivo
43 para a Descarbonização.

45 Na área do Abastecimento de Água e Saneamento, comunicou que, finalmente, o acordo
46 que tinha sido realizado com as Águas do Vale do Tejo iriam resolver o problema do
47 abastecimento de água e da rede de saneamento aos Canaviais e que tinha sido
48 fundamental.

1 Na área da Higiene e Limpeza Pública, confirmou que se mantinham as dificuldades e
2 problemas, embora houvesse alguns avanços na área da limpeza, continuavam com
3 muitas dificuldades, nomeadamente com a questão das ervas em que permanecia a recusa
4 da utilização de químicos porque podia pôr em causa a saúde pública, portanto tinham
5 dificuldades em responder àquela situação. Destacou que continuavam a ter alguns
6 problemas de incivilidade, relativamente à questão da deposição de lixo e informou que
7 no ano passado tinham recolhido 4000 depósitos ilegais de lixo em todo o Concelho, o
8 que era um valor demasiado grande para que pudessem ignorar e que era fundamental
9 verem que passos poderiam dar para ultrapassar aquele tipo de situações, tendo ocorrido
10 o avanço da recolha de resíduos orgânicos, em 2 zonas.

11
12 Na área da Proteção Civil, referiu o reforço que têm vindo a realizar, todos os anos, no
13 apoio aos Bombeiros Voluntários, que ultrapassou 200 mil euros, mais 90 mil euros de
14 uma parceria que tinham no Aeródromo e saudou, de forma muito particular, o Serviço
15 de Proteção Civil.

16
17 Na área da relação com as Juntas de Freguesia, registou o aumento de 5% nas verbas da
18 descentralização, como tinha sido o compromisso, e reconheceu que tinha havido um
19 conjunto de áreas onde não tinha sido possível atingirem o que, inicialmente, tinham
20 apontado.

21
22 Concluindo, o **Presidente da Câmara** disse que, naturalmente, tiveram um conjunto de
23 questões que consideravam objetivamente positivas, mas que havia áreas onde tinham
24 dificuldades e problemas, em que não conseguiram dar resposta, de forma suficiente, e
25 deixou ali aquele reconhecimento pelas dificuldades que tiveram num conjunto de áreas.
26 Ainda assim, entendem que aquela atividade intensa foi conseguida com a colaboração
27 dos trabalhadores do Município, mas também de muitas outras instituições, com as quais
28 fizeram parcerias, que tinham dado uma contribuição para a melhoria das condições e da
29 qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

30
31 **O deputado Gonçalo Costa** começou por agradecer ao senhor Presidente da Câmara o
32 exaustivo relatório de atividades que lhes comunicou, mas, tendo em consideração a
33 alteração da data, relativamente ao que estava inicialmente previsto para a sessão
34 ordinária, o que lhe transmitiram foi que o ponto tinha sido adiado da Ordem do Dia por
35 existir um conjunto de questões em que o Senhor Presidente se tinha comprometido a
36 prestar mais esclarecimentos ou a apresentar mais documentos que permitissem ajudar a
37 responder e a esclarecer algumas dúvidas, reservas ou inconsistências que a Revisora
38 Oficial de Contas tinha sinalizado no Relatório Final. Disse que o Senhor Presidente
39 deveria ter começado a sua intervenção com a apresentação do que de novo acrescentava
40 naquela sessão, relativamente à sessão anterior, como a justificação para o adiamento do
41 ponto, portanto, perguntou o que havia de novo para os deputados municipais poderem,
42 em consciência e fundamentadamente, avaliar aquele ponto.

43
44 **O deputado Rodolfo Pereira** agradeceu à Presidente da Junta de Freguesia, Florinda
45 Russo, a forma como os tinham recebido em São Manços e disse que tinha sido uma ótima
46 visita às instituições da Freguesia, em que perceberam os problemas que existiam e
47 procurarem a forma de os tentar resolver. Começou por realçar que os eleitos autárquicos
48 do Partido Socialista, quer os Vereadores quer os membros na Assembleia Municipal,
49 sempre fizeram questão de ter uma postura institucional, responsável, coerente e de
50 acordo com o que consideravam que seria o melhor para os Eborenses e para o Concelho

1 e lembrou que aquela já era a terceira prestação de contas do Município, que apreciavam
2 e votavam, em que a postura tinha sido sempre a mesma, responsabilidade, coerência e
3 rigor na análise dos documentos que lhes eram apresentados.

4 Em relação à análise dos documentos, felicitou os serviços do Município pela elaboração
5 dos mesmos, que estavam perante um documento claro, conciso e, na sua globalidade,
6 bem estruturado e também manifestou o apreço e agradecimento a todos os trabalhadores
7 do Município, que diariamente se esforçavam para cumprir as tarefas que lhes eram
8 designadas e que, por vezes, com a ausência dos meios e materiais essenciais à sua
9 realização.

10 Sobre o documento apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, para discussão e
11 votação, considerou que era, no fundo, o resultado da governação do executivo CDU no
12 ano de 2023, onde se podia constatar a existência de um considerável número de projetos
13 e planos bem concebidos para o Concelho, mas que na prática eram pouco eficazes, pois
14 a grande maioria tinha baixíssimas taxas de execução. Quanto às freguesias lamentou a
15 ausência de reuniões de trabalho conjuntas e periódicas com todas as Juntas e Uniões de
16 Freguesia, com um claro prejuízo para as populações e que as freguesias rurais
17 necessitavam urgentemente de um plano de desenvolvimento e investimento articulado e
18 consubstanciado nas mais diversas áreas de intervenção, nomeadamente a habitação, a
19 educação, as atividades económicas e os serviços de proximidade ao cidadão e não apenas
20 medidas avulsas que em 2023 foram insuficientes ou praticamente nulas.

21 Relativamente à análise ao Relatório de Atividades, e com base em tudo o que nele estava
22 transcrito, demonstrou a preocupação face ao futuro do Concelho e disse que era preciso
23 fazer mais, muito mais, face aos desafios que se apresentavam e disse que nunca em
24 tempo algum o Executivo do Município de Évora tinha tido, ao seu dispor, tantos
25 investimentos estruturantes, como aqueles que o anterior governo Socialista pró-
26 ativamente planeou e definiu em diversas áreas fundamentais ao desenvolvimento, como
27 a ferrovia, a nova linha de Évora, a rodovia, a variante nascente de Évora, a ligação ao
28 IP2 e o Hospital Central do Alentejo, bem como os lançamentos de diversos programas
29 no âmbito do PRR e que era importante o Município ter também uma visão estratégica e
30 saber complementar e aproveitar aqueles investimentos, para um Concelho mais
31 próspero.

32 Acerca das contas considerou que não se podia estar constantemente, embora fosse uma
33 realidade, a evocar a Covid19, a guerra da Ucrânia, as tensões no Médio Oriente e depois
34 não se fazer um esforço para contrariar aquelas adversidades e que nas juntas também a
35 sentem, mas não andam sempre a lamentar-se, e que tentam contrariar aquelas
36 adversidades, portanto, o Município deveria focar-se essencialmente no presente e,
37 sobretudo, preocupar-se com o futuro dos Eborenses e do Concelho, tentando resolver os
38 problemas que diariamente afetam a vida dos cidadãos, tais como a falta de habitação, a
39 insegurança, o péssimo estado da rede viária, a limpeza pública e a falta de investimento
40 nas freguesias rurais.

41 Em relação às Contas de 2023 considerou que eram muito piores do que as de 2022,
42 porque a prestação de contas de 2023 apresentava um resultado negativo de cerca de 3,5
43 milhões de euros, sendo que em 2022 já tinha sido negativo em cerca de 1,5 milhões,
44 portanto, quando analisaram as contas de 2022 consideraram que o aquele resultado seria
45 uma exceção, mas com o resultado negativo de 2023 pode perigosamente demonstrar uma
46 tendência para, no futuro, continuarem a ter resultados negativos, portanto, era factual
47 que existia uma degradação das contas do Município, quer analisando a sua vertente
48 financeira quer a sua vertente orçamental.

49 Sobre a análise financeira, disse ter algumas considerações, nomeadamente o valor das
50 disponibilidades ao dispor do Município, especialmente os valores dos depósitos à ordem,

1 caixa ou outros depósitos, que passou de 4,6 milhões de euros em 2022 para 2,5 milhões
2 de euros em 2023, portanto, verificou-se uma preocupante redução de cerca de 2 milhões
3 de euros. Os gastos e perdas do Município sofreram um aumento de 12,5 milhões de
4 euros, referente a 2022 sendo que este aumento da despesa não foi acompanhado por um
5 aumento da receita na mesma ordem de grandeza. Um dos indicadores da evolução
6 económica, nomeadamente o EBITA, que eram os resultados antes das amortizações e os
7 gastos de financiamento, foi positivo, um valor de 7,5 milhões de euros, tendo aumentado
8 1,9 milhões de euros em relação a 2022, no entanto se tiverem em conta o impacto das
9 amortizações e depreciações e as imparidades dos ativos fixos, estes reduziram
10 substancialmente o valor daquele indicador, anulando-o completamente, conforme a
11 informação da Revisora Oficial de Contas.

12 Da análise orçamental constataram que, durante o ano, foram realizadas 14 alterações ao
13 Orçamento de despesa, o que significava que no final do ano o Orçamento da despesa era
14 completamente desvirtuado, em relação ao que tinha sido inicialmente aprovado e perante
15 as necessidades do Concelho era de todo inaceitável o valor do investimento realizado
16 em 2023, ou seja, em 2023 foi realizado cerca de 4,6 milhões de euros num orçamento de
17 80 milhões de euros, o que era muito pouco. Na vertente da receita continuava a ser
18 confrangedora a incapacidade do Município em arrecadar receita. Continuam com um
19 decréscimo da percentagem da receita executada face à receita orçamentada e, tal como
20 no ano passado já aconteceu, estão abaixo do limite mínimo dos 85% que as Regras do
21 Saneamento Financeiro exigem e igualmente a percentagem de receita pela execução dos
22 Fundos Comunitários continua muito baixa.

23 Mencionou que o relatório da Revisora Oficial de Contas era demolidor para a gestão
24 financeira do Município, que apresentava um conjunto de graves lacunas, que eram
25 inadmissíveis numa entidade pública, que não era concebível que, em abril de 2024, ainda
26 não estivessem concluídas as reconciliações bancárias de 2023, que estivesse por finalizar
27 o Balanço Social de 2023, que não estivesse elaborado o Relatório Anual de Avaliação
28 do Plano de Gestão de Riscos, Corrupção e Infrações Conexas de 2023, e que em 2022 já
29 tinha surgido o mesmo aviso por parte da Revisora Oficial de Contas, porque não estava
30 também elaborado, A ausência de um sistema de faturação eletrónica, obrigatório por Lei,
31 bem como as diversas preocupações elencadas pela Revisora Oficial de Contas, sobre a
32 falta de controlo interno, eram gravíssimas e levavam a situações como a que tinha
33 ocorrido na Tesouraria.

34 Concluiu afirmando que estaria imensamente preocupado se lhe fosse apresentado um
35 relatório da Revisora Oficial de Contas daquele âmbito, com todas aquelas reservas,
36 portanto, supôs que o Senhor Presidente também deveria estar preocupado e que deveria
37 tentar, no menor espaço de tempo, regularizar o que havia a regularizar, implementar o
38 que havia a implementar e questionou quais tinham sido as medidas já tomadas pelo
39 Município para corrigir ou colmatar, aquelas situações.

40
41 Relativamente ao ponto em que estavam, **o deputado Joaquim Piteira** expôs que tinha
42 recebido do senhor Presidente da Assembleia um documento de reflexão sobre “O
43 Tempo”, em que pedia alguma contenção, futuramente, na utilização do mesmo nas
44 intervenções e disse que iria ser mais rigoroso no seu tempo e no tempo a disponibilizar
45 a outros, dando como exemplo a questão do uso do tempo que a Câmara Municipal tinha
46 utilizado, sendo 6 páginas para justificar a Prestação de Contas, o PS 16 páginas para
47 justificar o voto negativo, o PSD 4 páginas e o Movimento Cuidar de Évora 2 páginas,
48 pelo que assim se poderia ver a dificuldade que, muitas vezes, havia para a aprovação de
49 pontos e naquilo que era o uso do tempo, uso da palavra e uso de argumentação, mas o

1 que quis dizer, naquele momento, ao Senhor Presidente da Câmara era que iria votar a
2 favor da Prestação de Contas.

3
4 **O deputado Paulo Ribeiro** leu a seguinte intervenção:

5 *“Naturalmente sobre esta matéria o MCE gostaria de tecer algumas considerações.*

6 *O MCE irá manter as recomendações que fomos mencionando ao longo do mandato.*

7 *Recomendamos que exista uma alteração de paradigma, deve existir uma alteração ou*
8 *uma recalibração de prioridades.*

9 *Recomendamos tomar diligências nos campos da receita e despesa, por forma a mitigar*
10 *um caminho que tememos que seja de degradação das contas do município.*

11 *No âmbito da receita;*

12 *- Impera incrementar a receita, agilizando processos e procedimentos, bem como*
13 *implementando a taxa turística;*

14 *- Consideramos fundamental que ocorra uma maior taxa de execução das medidas*
15 *aprovadas, em reunião de Câmara;*

16 *- Melhoria de processos e procedimentos;*

17 *- Revisitar o mapa de taxas e serviços prestados;*

18 *No âmbito da despesa;*

19 *- Definir uma estratégia, por forma a mitigar a degradação das contas;*

20 *- Deve o executivo inverter o curso da despesa devemos também perceber a extensão das*
21 *recomendações da ROC.*

22 *Os documentos aos quais somos hoje chamados a deliberar a nós MCE não oferecem*
23 *quaisquer questões, quer imprecisões, quer irregularidades.*

24 *São documentos de natureza técnica, e não de natureza política, por conseguinte a nós*
25 *não nos oferecem qualquer tipo de dúvida.*

26 *Com um serviço de dívida de 5 milhões e meio de euros, é nosso entendimento que estes*
27 *números tornam se um peso incomensurável para aquilo que se pretende, nomeadamente*
28 *uma Câmara com capacidade de intervenção no Concelho e que se possa constituir como*
29 *um polo dinamizador do desenvolvimento do nosso Concelho, este deve ser um desígnio*
30 *acima de qualquer sofisma.*

31 *Paralelamente a isto, perde-se capacidade de intervenção em várias valências. ”*
32

33 **O deputado Francisco Brito** começou por dizer ter ficado na dúvida se o Senhor
34 Presidente da Câmara estaria a apresentar as Contas de Gerência ou uma revista do
35 Concelho porque quando elenca investimento privado, nomeadamente da cadeia Hilton e
36 da Tyco, ficou na dúvida realmente qual tinha sido o trabalho da Câmara Municipal
37 naquele ponto, portanto, perguntou se tinha sido a Câmara Municipal a captar aqueles
38 investimentos, se tinha sido a Câmara Municipal a ir ter com aqueles investidores e se foi
39 graças ao trabalho a Câmara Municipal que aqueles investidores tinham vindo para Évora.
40 Questionou, também, qual era o ponto de situação do estudo para elaboração do projeto
41 do Centro Interpretativo da Malagueira, porque ficou na dúvida do que seria um estudo
42 para elaborar um projeto e perguntou, concretamente, se aquele estudo já tinha sido
43 efetuado, se já estava na fase de projeto, ou se ainda estavam a estudar a hipótese de
44 iniciar um estudo, para perceberem melhor também aquele ponto.

45 Em relação aos pagamentos em atrasos, disse que o Senhor Presidente da Câmara referiu
46 que a Câmara Municipal tinha terminado o ano de 2023 sem ter pagamentos em atraso e
47 perguntou se era no ano económico ou no ano civil, porque tinha conhecimento de
48 entidades, nomeadamente Associações, que se queixavam de ter recebido os pagamentos
49 de 2023 em 2024.

1 Perguntou se antes daquela reunião da Assembleia Municipal tinha havido reuniões com
2 as Juntas de Freguesia, em que o tema das contas de gerência e daquele ponto
3 especificamente tivesse sido abordado ou não, porque com ele não tinha havido nenhuma
4 reunião.

5 Quanto ao cenário apresentado daquelas Contas, disse que, considerando o peso que a
6 dívida tinha e olhando para o investimento necessário a fazer no Concelho, não só no
7 horizonte da Capital Europeia da Cultura 2027, em que precisavam de ter infraestruturas
8 e de uma cidade devidamente capacitada para acolher os visitantes, nomeadamente no
9 Centro Histórico, da mobilidade dos transportes, da habitação para acolher pessoas que
10 poderiam vir para trabalhar e também captarem novos habitantes, do investimento
11 necessário a fazer nas vias de comunicação, nomeadamente nas estradas do Concelho em
12 que muitas delas estavam numa situação grave e precisavam urgentemente de
13 intervenção, do abastecimento de água e na rede de drenagens, como no caso de São
14 Manços, mas também de muito investimento no resto do Concelho, nomeadamente na
15 cidade de Évora e no Centro Histórico, portanto estava a falar de muitos milhões de euros,
16 de muito mais do que 50 ou 60 milhões de euros, para aquelas situações que urgem ser
17 resolvidas e perguntou se naquele quadro de Contas que a Câmara Municipal apresentava,
18 concretamente sobre o ano de 2023, considerava que seria possível satisfazer os desejos
19 da população e a resolução daqueles problemas porque a população merecia que fossem
20 resolvidos.

21
22 **O deputado Bruno Martins** salientou que o Bloco de Esquerda tem sido sempre muito
23 coerente na questão da análise das prestações de contas do Município, sempre lhes
24 interessou mais saberem se existiram, ou não, desvios orçamentais significativos e se a
25 Câmara tinha sido capaz de executar o que planeou e, portanto, o sentido de voto do Bloco
26 de Esquerda era sempre alinhado com aquela perspetiva.

27 Considerou que o grande problema dos Planos de Atividades e Orçamentos foi terem sido
28 frágeis, terem sido pouco ambiciosos, na perspetiva do Bloco de Esquerda, que não
29 tinham correspondido às expectativas dos Eborenses, mas que não tinha a expectativa que
30 fossem um espelho daquilo que era a visão do Bloco de Esquerda para o Concelho, mas
31 nem tão pouco corresponderam às expectativas que a própria CDU tinha colocado quando
32 se apresentou às eleições, aliás bastava percorrer o Programa Municipal da CDU para o
33 Concelho para se verificar que nem em sede de Planeamento nem em sede de Prestação
34 de Contas, muitas das atividades e muitos dos objetivos estabelecidos, foram cumpridos,
35 foram planeados ou sequer viram a luz do dia, dando como exemplo “a vontade de existir
36 uma gestão democrática inovadora, aberta e participada”, considerou que cada vez menos
37 tinham uma gestão participada, apesar de terem um cenário político e partidário tanto na
38 Câmara como na Assembleia, que chamaria por aquela participação e envolvimento, mas
39 pareceu-lhe que não tinha existido.

40 Quanto à criação de Conselhos Municipais para a Cultura e para o Desporto, que
41 permitiriam que várias Associações e vários Agentes locais se pudessem envolver nas
42 práticas e na definição de políticas para a Cultura e para o Desporto disse que
43 continuavam sem existir, tal como a renovação dos Conselhos Municipais existentes.

44 Referiu as questões demoradas relacionadas com o Plano de Gestão e Salvaguarda do
45 Centro Histórico, a revitalização do Mercado 1º de Maio, a criação de um programa de
46 resposta rápida às necessidades das empresas, o programa de revitalização económica do
47 Centro Histórico, o reforço da limpeza e higiene públicas, a criação de um plano integrado
48 de valorização do Património Concelhio, o aprofundamento do Concelho de Évora
49 Cidade Educadora, o apoio aos ATL e Centros Lúdicos, que não foram propostas do
50 Bloco de Esquerda, mas sim propostas da CDU e que até concordava com algumas delas

1 e que tinha sido bom que tivessem visto a luz do dia, mas estavam a caminhar para o fim
2 do mandato e teimavam em não a ver.

3 Considerou que era no Planeamento e no Orçamento que deveriam ser discutidos os
4 grandes desígnios para o Concelho e não na Prestação de Contas porque, de facto, era
5 congruente com o que tinha sido planeado, mas para o Bloco de Esquerda o que foi
6 planeado foi curto e disse que não iria viabilizar a Prestação de Contas, mas também não
7 iria votar contra porque refletia o que tinha sido feito pela CDU, ao longo daquele ano.

8
9 Sobre a proposta de adiamento do ponto da Prestação de Contas, **o Presidente da**
10 **Câmara** disse que, face à votação na reunião de Câmara, era previsível que a apreciação
11 fosse desfavorável, que houvesse mais votos contra do que a favor, pelo que, da sua parte,
12 tinha havido a perspetiva de poder, naquele interregno, encontrar soluções que pudessem
13 alterar aquela posição, portanto, tinha sido aquele o objetivo que referiu na própria
14 reunião e que tinha efetuado aquela tentativa.

15
16 Relativamente ao relatório da Revisora Oficial de Contas, referiu que a Senhora Revisora
17 sabia por que razão aquelas questões aconteciam e conhecia os Planos, que nalguns casos
18 tinham sido desenvolvidos com a própria Senhora Revisora para responder àquelas
19 questões, e disse que o fundamental do Relatório era o que a Senhora Revisora dizia
20 quando se referiu ao global da Prestação de Contas, nomeadamente realçando, e citou, “o
21 esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências
22 contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável aos Municípios” e
23 também “a contabilidade do Município foi elaborada de acordo com o disposto no
24 Decreto Lei 192/2015 de 11 de setembro e todas as demais Legislações Complementares
25 aplicáveis às Autarquias Locais” e esclareceu que os registos contabilísticos tinham o
26 suporte documental informático, através do sistema contabilístico assente no ERP
27 Medidata, com aplicações geridas entre si em tempo real, que davam resposta às
28 necessidades de reporte e à construção das demonstrações Financeiras e Orçamentais a
29 que o Município se encontrava obrigado a cumprir, portanto, aquela era a avaliação global
30 da Revisora Oficial de Contas.

31
32 Sobre as outras questões que a Revisora Oficial de Contas tem vindo a colocar, informou
33 que têm procurado em conjunto dar-lhes resposta, o que estavam a fazer também no
34 presente ano, e que algumas, entretanto, já tinham sido ultrapassadas porque os
35 calendários que estavam fixados para a sua resposta foram cumpridos, como era o caso,
36 por exemplo, das reconciliações bancárias.

37 Em relação a não ter referido na sua intervenção nenhuma freguesia rural, disse que foi
38 certamente por falta de atenção, mas que tinha referido, por exemplo, o Centro de
39 Convívio em São Miguel de Machede, que estava concluído e a funcionar, a conclusão
40 do Centro de Convívio no Bairro de Santo António, assim como um conjunto de outras
41 situações nomeadamente em áreas diversas mais generalistas, mas que teve em conta cada
42 uma das Freguesias Rurais, e reconhecendo, como já tinha referido, que tinham havido
43 situações em que não deram respostas.

44
45 Salientou que têm definido e aplicado um princípio, que lhes pareceu lógico, em relação
46 ao Governo, independentemente de qual fosse, de uma posição simples de colaboração
47 em tudo o que fosse bom para o Concelho de Évora e de crítica ao que considerassem não
48 ser positivo, e lembrou que tinham tido aquele princípio em relação à linha férrea, por
49 discordarem do seu traçado, em que desencadearam um processo para que aquele traçado
50 fosse alterado, com uma grande participação popular e das freguesias, o que foi

1 conseguido, embora não exatamente o que entendiam, mas que foi muito importante
2 porque as mercadorias iriam passar por dentro da cidade de Évora, o que não era positivo
3 por isso sugeriram que acompanhasse o IP2, o que não foi conseguido, mas que
4 conseguiram uma solução intermédia.

6 Acerca das questões relativas ao novo Hospital, lembrou que se disponibilizaram e
7 assinaram o acordo com o Governo para colaborarem, tendo dado o exemplo do alerta
8 que tinham vindo a fazer desde 2014, sobre as expropriações dos terrenos e que, quase 10
9 anos depois, em dezembro passado disseram que era a Câmara que tinha de tratar daquele
10 assunto e a Câmara respondeu que se lhes dessem as condições trataria, portanto era
11 aquela a posição que têm tido e o que têm procurado fazer.

13 Quanto dizem que as Contas 2023 eram piores do que as de 2022, salientou que existiam
14 números que não eram comparáveis, como por exemplo as alterações nas amortizações e
15 nas prestações, que era uma obrigação do sistema contabilístico com implicações no
16 EBITA e nos resultados líquidos e operacionais, portanto, era uma questão muito técnica
17 a registar, mas que de facto tinham tido um acréscimo significativo de custos em várias
18 áreas, como na energia, nos combustíveis, nas empreitadas públicas, nomeadamente por
19 razões da inflação em áreas em que houve aumentos muito superiores à taxa de inflação.
20 Sobre a questão da redução das verbas no banco, esclareceu terem a ver com o pagamento
21 de dívidas, a fornecedores ou com investimentos, mas que não havia ali um significado
22 relativamente àquela matéria.

24 Em relação ao decréscimo da receita, informou que esperavam que ocorresse devido ao
25 acordado entre as várias forças políticas, com o alerta da CDU, relativamente à redução
26 do IRS, da derrama e do IMI, ou seja, não tinham sido atualizadas aquelas taxas apesar
27 de terem havido aumentos, como por exemplo da TGR, que era a taxa que o Governo
28 cobrava para os resíduos e que se destinava ao Fundo Ambiental, que aumentou 37%, ou
29 seja, apesar de todos os aumentos a Câmara não tinha feito atualizações, por consenso
30 das forças políticas, portanto era natural que as receitas não tivessem acompanhado, o que
31 deveriam ter feito, e naturalmente os preocupava.

33 Sobre os custos financeiros referidos, disse que resultavam do Plano de Saneamento
34 Financeiro, que era conhecido, em cerca de 5 milhões de euros, que tinham de suportar
35 ainda durante mais alguns anos porque tiveram de o fazer, para ultrapassarem os
36 problemas que o Município tinha, do ponto de vista Económico e Financeiro.

37 Relativamente à questão dos investidores, confirmou que tinham tido, previamente,
38 reuniões com um conjunto de investidores, incluindo o Grupo Hilton, mas era evidente
39 que não tinham a veleidade de dizer que tinha sido a Câmara a determinar que viessem
40 para Évora, mas que tinham indicado a possibilidade de Évora ser um destino de
41 financiamento, o que com alguns tinham conseguido e com outros não, o que era normal.

43 Acerca do Centro Interpretativo do Bairro da Malagueira, informou que o projeto não
44 tinha avançado porque entendiam que, como já tinha referido, deveria ser feito em
45 conjunto com a Junta de Freguesia e a Universidade de Évora, embora tivessem a ideia
46 de o instalar no moinho, mas que, recentemente, tinha surgido uma outra possibilidade
47 que estavam a analisar.

49 Quanto aos pagamentos em atraso, esclareceu que se tinha referido ao prazo médio de
50 pagamento a fornecedores e que os pagamentos em atraso eram os que a Câmara se tinha

comprometido, com fornecedores e Associações sem fins lucrativos, mas as Associações sem fins lucrativos tinham de cumprir determinadas normas e, de facto, houve alguns atrasos naqueles pagamentos, mas não muitas vezes como tinha sido referido, porque, obviamente, as normas tinham de ser cumpridas, para que a Câmara efetuá-los.

Em relação a Évora 2027, disse que não tinham a veleidade de que a Capital Europeia da Cultura iria resolver todos os problemas de Évora, porque não haveria financiamentos para o abastecimento de água, para a rede viária, nem para o conjunto das questões colocadas, porque relativamente a Évora 2027 tinham de cumprir o que estava no livro de candidatura. Expôs que, de acordo com os fundos disponíveis, nomeadamente do PT2030 e do PRR, têm procurado, dentro das suas limitações, verem o que seria possível fazer e que até já tinham projetos apresentados, dando o exemplo de que para a rede viária não havia financiamentos nenhuns.

Sobre a questão dos Programas, e concluindo, o **Presidente da Câmara** reconheceu que relativamente a um conjunto deles estavam atrasados ou não tinham sido suficientemente implementados por razões várias, dando o exemplo do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico que estava adjudicado e que tinham feito tudo para que o processo andasse mais rapidamente, mas que, de facto, não tinham conseguido a celeridade que gostariam, compreendendo que eram situações complicadas que tinham de ter análises aprofundadas, mas eram questões que poderiam andar mais rapidamente e reconheceu que havia situações em que tinham culpas porque eram da sua responsabilidade.

O deputado José Figueira leu a seguinte intervenção:

*“Senhor Presidente da AM de Évora,
Senhor Presidente da CM de Évora,
Senhoras e Senhores Membros da AM de Évora,
Senhoras e Senhores Vereadores da CM de Évora,
Trabalhadores e Funcionários da CM de Évora
Caras e Caros cidadãos que assistem presencialmente a esta sessão da AM,
Há uma década o município foi encontrado com uma "trombose", com origem na "rotura" dos "vasos sanguíneos" decorrente da existência de "coágulos" políticos, económicos, financeiros e administrativos que se caracterizavam por uma descredibilização institucional arrastando consigo a "vergonha" de não cumprimento da lei e dos compromissos assumidos.*

Houve então, que arregaçar as mangas e enfrentar os desafios que determinavam a necessidade de serem encontradas as respostas e as soluções para a recuperação, nem sempre fácil, do estado de angústia e abandono a que o município tinha sido votado, situação observada em 2013. Desde logo, amarrado a uma falta de credibilidade perante os agentes institucionais, locais, económicos, sociais, culturais que arrastavam angústias internas, estruturais, organizativas e funcionais...

Uma segunda amarração, o programa troikiano do chamado PAEL que condicionava a vida da autarquia em particular a sua autonomia política, administrativa e financeira... e que impunha um conjunto de regras e limitações, desde logo a imposição para valores máximos, de taxas e impostos municipais ou o impedimento na contratação de pessoal necessário.

Ou seja, a herança pesada de 12 anos de (des)governação que até àquela data, de 2013, imperou e que só em finais de 2020, se ultrapassou, com o acordo de saída do PAEL, ainda que sob os impactos sociais e económicos da "Pandemia da doença da COVID - 19", se veio a verificar um alívio...com a implementação de um Plano de Saneamento

1 *Financeiro que está em curso e que já motivou a redução da dívida herdada em mais de*
2 *47 milhões de euros, ou seja, menos 47% do que era em 2013.*

3 *Obviamente nem sempre tudo decorreu como desejável ...e nem sempre, certamente o*
4 *percurso foi feito de forma linear ...*

5 *Mas a pergunta que fica e cabe fazer é se estamos ou não melhores do que em 2013...?*

6 *Obviamente que sim...O Município e a Cidade recuperaram a credibilidade perdida que*
7 *se pode traduzir no facto de Évora ter sido escolhida por júri independente, em concurso*
8 *internacional, como Capital Europeia da Cultura 2027.*

9 *Também os agentes locais se sentiram confortados, e os investidores nacionais e*
10 *estrangeiros não deixaram de investir ...não fugiram como alguns preconizavam...*

11 *As contas e situação económica e financeira da autarquia melhoraram, apesar de*
12 *diversos constrangimentos como o impacto da transferência de encargos que a que o*
13 *Governo obrigou as autarquias...a par do que já antes dissemos, o prazo médio de*
14 *pagamentos (PMP) passou de 755 dias em 2013 para 22 dias em 2023 (segundo a DGAL)*
15 *mas efetivamente 50 dias, conforme informação da CM.*

16 *Também a evolução do limite do endividamento que em 2013 apresentava um enorme*
17 *excesso de 32,6M€, em 2023 a capacidade de endividamento era de 20,5M€, tendo*
18 *aumentado, comparativamente com 2022, em cerca de 7M€.*

19 *E mesmo analisando, os resultados do exercício em 2023 terem sido negativos no valor*
20 *de 3,4 milhões de euros, quando comparados com o que se verificava em 2013, com um*
21 *saldo negativo de 13,7 milhões de euros, estamos a falar de uma disparidade de valores*
22 *de todo incomparável.*

23 *• Mas também os direitos dos trabalhadores e a organização interna... ainda que nem*
24 *sempre como aspirávamos, foram salvaguardados e cumpridos e tiveram respaldo nas*
25 *opções de gestão do executivo municipal...desde logo, de entre outras medidas, foi*
26 *assinado um acordo coletivo de emprego público (ACEP) que permitiu mais 3 dias de*
27 *férias, retirados no tempo da governação coincidente com a intervenção da Troika, a*
28 *aplicação das 35h ou a opção gestionária.*

29 *Observamos, ao longo deste período, à reabilitação e qualificação do edificado da nossa*
30 *Cidade. E hoje, podemos dizer, que pesem embora insuficiências e dificuldades na área*
31 *da gestão urbanística, com a necessidade da sua modernização, muito tem sido*
32 *concretizado, em paralelo com o desenvolvimento dos trabalhos de alteração do PDM*
33 *(em conformidade com o imperativo da lei) e de revisão do PU de Évora.*

34 *O Município procurou dentro deste quadro (que foi agravado, não só pela “Pandemia”,*
35 *mas também com a emergência das guerras na Ucrânia e na Palestina, que tiveram*
36 *consequências na diminuição das receitas, aumento da taxa de inflação e dos preços dos*
37 *bens e serviços e dos fatores de produção (ex. combustíveis e outros), corresponder na*
38 *concretização de muitos Projetos, Intervenções, Obras, Ações, das quais, sem*
39 *menosprezo, destacamos*

40 *• A assunção de Évora Capital Europeia da Cultura 2027, que motivou o protocolo*
41 *assinado entre o Governo e CM de Évora em junho de 2023 e a recente constituição da*
42 *Associação que irá dirigir a implementação de toda a programação.*

43 *• A disponibilidade para contribuir na Construção do Hospital Público Central do*
44 *Alentejo, apesar de não ter essa competência, o que motivou igual protocolo de*
45 *compromisso entre a CM e o Governo, contribuindo com a oferta dos projetos de*
46 *especialidades da rede de águas e saneamento, assim como com o processo de*
47 *expropriação dos terrenos cuja responsabilidade o Governo transferiu já em 2024 para*
48 *a autarquia contribuindo para a concretização da rede viária, assim com a garantia dos*
49 *apoios dos fundos comunitários do Alentejo 2030.*

1 • *A concretização da Estratégia Local e do Plano Local de Habitação com o*
2 *desenvolvimento de um conjunto de obras e projetos e apoio a candidaturas de 235*
3 *agregados familiares de entre outras iniciativas já desenvolvidas e em curso submetidas*
4 *aos apoios do PRR.*
5 • *Na área da saúde, o desenvolvimento de candidaturas ao PRR das extensões de saúde*
6 *nas freguesias rurais (SS da Giesteira; S. Miguel de Machede; Torre de Coelheiros;*
7 *Graça do Divor e S. Miguel de Machede), cuja concretização está a decorrer, no âmbito*
8 *das responsabilidades que o Governo transferiu para as autarquias apesar das*
9 *preocupações transmitidas pelo município.*
10 • *Na área da Educação, outra matéria em que a autarquia se opôs à transferência de*
11 *encargos, mas em que sendo obrigada a assumir já protagonizou o desenvolvimento de*
12 *obras e projetos de requalificação das escolas... e onde se pode destacar a Carta*
13 *Educativa, o Plano Educativo Local, o avanço do projeto da André de Gouveia e os*
14 *investimentos de mais de 1 milhão de euros em escolas e a importância dos apoios*
15 *socioeducativos em cerca de 1 milhão de euros.*
16 • *Na área social destacar o regular o funcionamento regular do Centro de Convívio da*
17 *CME, depois da obra de mais de 400 mil euros do Centro de Convívio de S. Miguel de*
18 *Machede, a conclusão da obra do Centro de Convívio do Bairro de Santo António, mais*
19 *de 400 mil euros, e os trabalhos para a requalificação dos Centros de Convívio da Horta*
20 *das Figueiras (já inaugurado) e da Malagueirinha.*
21 • *As obras de qualificação e reabilitação do Palácio D. Manuel; do Salão Central*
22 *Eborenses (que esperamos que abra em breve), do Teatro Garcia de Resende, em*
23 *particular dos espaços exteriores ao mesmo.*
24 • *A qualificação da Ludoteca no parque infantil.*
25 • *A qualificação do Edifício do Municipal na Praça do Sertório;*
26 • *A qualificação paisagística do Rossio de São Brás e a melhoria da mobilidade entre a*
27 *estação ferroviária e o centro histórico da cidade;*
28 • *As obras e a requalificação de habitações e do edificado particular, em particular na*
29 *zona histórica da cidade...o que contraria a pré-anunciada debandada dos proprietários*
30 *particulares, tal como era entusiasticamente previsto por parte da oposição, em relação*
31 *aos investidores nas áreas da indústria, turismo, comércio e serviços.*
32 • *As obras de qualificação rede viária, com particular destaque para a circular a Évora,*
33 *variante ao parque industrial, a par de outras repavimentações realizadas nos*
34 *Canaviais; S.S da Giesteira; Graça do Divor, EM528; EM527-1, etc.*
35 *E muito mais podíamos acrescentar para fundamentar o nosso voto favorável ao*
36 *documento da prestação de contas de 2023. Ainda que, tal como referimos anteriormente,*
37 *tenhamos consciência de que neste percurso, nem tudo foi linear... nem tudo quanto se*
38 *desejava foi alcançado... mas que tudo o que tem sido feito tem contribuído para*
39 *estarmos muito melhor do que há 10 anos atrás.*"

40
41 **A deputada Paula de Deus** referiu que só a intervenção do senhor deputado José Figueira
42 a levava a fazer uma intervenção porque havia coisas que não podiam deixar de ser
43 pontuadas e que, a menos que existisse uma Évora secreta que a população desconhecia,
44 não havia motivo para tanta euforia, parecia que tinha acabado de despertar de um estado
45 quase vegetativo e que, de repente, tinha visto a luz, ficando depois naquele estado de
46 despertar. Disse que só estava a utilizar aquela metáfora porque o senhor deputado José
47 Figueira, de uma forma excessiva, utilizou uma metáfora na área da Saúde para
48 caracterizar o anterior Governo e para, com isso, comparar o deslumbramento em que
49 presentemente Évora e os seus habitantes estavam a viver, mas que, de facto, não era
50 assim porque, e utilizando novamente as metáforas, dava a ideia de que o Partido

1 Socialista, quando decidiu construir o novo Hospital foi para cuidar do estado paliativo
2 em que a cidade estava, e que nunca iria dizer isso, mas a verdade era que o Hospital foi
3 construído e foi um investimento do Partido Socialista, aliás, os grandes investimentos
4 que foram referidos foram investimentos do Partido Socialista e do governo do Partido
5 Socialista, e por isso também era justo colocar ali as questões como tinham de ser
6 colocadas, não era capitalizarem, de repente, tudo e mais alguma coisa utilizando
7 metáforas, até desagradáveis, para a sua caracterização.

8 A propósito de Évora Capital Europeia da Cultura, disse que o vagar era vagar ancestral
9 dos alentejanos e, portanto, não se devia àquele entusiasmo e euforia que ouviram do
10 deputado José Figueira, como se de repente o Alentejo tivesse renascido na última meia
11 dúzia de anos, mas porque era uma cultura profunda. A Câmara de Évora, assim como
12 muitas outras entidades que eram importantes referir, tiveram o seu papel, mas de facto
13 aquele grupo que fez a candidatura teve a capacidade de captar e foram reconhecidos, o
14 povo alentejano, precisamente pela a identidade cultural diferenciadora e que ia muito
15 para além daquela capitalização, assim ali arranjada à pressa que tinham acabado de ouvir,
16 portanto, percebiam que não iriam gostar, provavelmente, do sentido de voto deles,
17 relativamente às Contas que apresentaram e que só aquilo tinha levado o senhor deputado
18 José Figueira a utilizar as metáforas e a falar num estado de euforia que não era
19 reconhecido no espírito dos alentejanos, embora tivessem acontecido coisas interessantes,
20 então, que revelasse o senhor José Figueira onde estava a Évora secreta que não
21 conheciam.

22
23 **O deputado Rodolfo Pereira**, no âmbito da intervenção do senhor Presidente da Câmara,
24 disse que jamais tinha posto em causa a questão da elaboração das contas do Município
25 e da articulação do Município com a Revisora Oficial de Contas, o que tinha colocado
26 foi a preocupação que demonstrou que era muito evidente no parágrafo que leu e que
27 estava na página 2 do Relatório: “Apesar das mudanças operadas a falta de controlo
28 interno ainda se apresenta com elevado risco de exposição e responsabilidade todavia
29 entendemos que neste exercício não se trata de apropriação indevida de ativos mas antes
30 da falta de controlo e práticas mais apropriadas e adequadas ao elevado movimento
31 financeiro que o Município tem”, ou seja, gerou-lhe muita preocupação porque todos
32 sabiam o que se tinha passado com a Tesouraria da Câmara e o que a ROC dizia era que
33 nada tinha sido feito para que não voltasse a acontecer e por isso tinha terminado a sua
34 intervenção anterior com a questão do que tinha sido feito, porque era uma preocupação
35 sua, que devia ser também uma preocupação do Executivo da Câmara e de todos os que
36 ali estavam, que devia ser esclarecida. Relativamente aos resultados das contas, referiu
37 que era factual que o resultado líquido de 2023 era pior do que o de 2022, que não havia
38 qualquer tipo de dúvida e também em relação à redução da receita, ao nível do IMI, do
39 IMT e da Derrama em que receberam menos, lembrou que já estava prevista em termos
40 do Orçamento, em que tinha havido um acordo tácito na redução gradual daqueles
41 impostos, mas que quando falou na incapacidade de arrecadar receita referia-se,
42 essencialmente, à receita vinda dos Fundos Comunitários, que tinha uma baixíssima taxa
43 de execução, assim como a questão das dívidas existentes na cobrança, nomeadamente
44 da água que rondava cerca dos 3 ou 4 milhões de euros.

45
46 **O deputado Francisco Brito** disse que tinha perguntado objetivamente se tinha sido a
47 Câmara Municipal a contactar os investidores para tentar trazê-los para Évora ou se
48 simplesmente tinha respondido a pedidos de reunião ou pedidos de interesse dos
49 investidores, porque era importante perceberem se era a Câmara Municipal que estava a
50 querer ter uma posição liderante, de tentar atrair investimento para o Concelho, ou

1 simplesmente era uma Câmara que estava a reagir à atratividade que o Concelho podia
2 ter por si próprio, o que era muito relevante, assim como sobre as reuniões com as Juntas
3 de Freguesia, antes daquela reunião extraordinária da Assembleia, se concretamente
4 aquele ponto tinha sido, ou não, abordado com algumas Juntas de Freguesia.

5 Em relação à Capital Europeia da Cultura, esclareceu que tinha referido o investimento
6 necessário para a mesma e também o investimento necessário para a qualificação de
7 diversos aspetos no Concelho, nomeadamente a rede viária, a rede de abastecimento de
8 águas e a rede de drenagens, portanto eram investimentos que não estavam diretamente
9 associados à Capital Europeia da Cultura, porque uma coisa eram os 10 milhões de euros
10 que a Câmara Municipal tinha que compartilhar para a programação da Capital Europeia
11 da Cultura, mais os 12 milhões de euros que tinha de dispor para o Pavilhão Multiusos,
12 para o Centro de Dança Contemporânea e para a Casa dos Bonecos, mas que se queriam
13 ter uma Capital Europeia da Cultura também queriam ter uma cidade preparada, o que
14 entrava noutra área de investimento, e não tinha dito que o investimento da Capital
15 Europeia da Cultura iria resolver os problemas crónicos da cidade, pelo contrário, tinha
16 perguntado se considerava que, com as Contas que lhes apresentaram, a cidade iria ter
17 capacidade para responder, nomeadamente o Município.

18 Disse perceber que existisse alguma confusão nalguns eleitos da CDU, até por via do que
19 o senhor deputado José Figueira tinha dito, associando deliberadamente a escolha de
20 Évora como Capital Europeia da Cultura com a imagem que a CDU tinha conseguido
21 trazer à gestão camarária, e referiu não ter visto nada daquilo no Bidbook e duvidava que
22 tal tivesse sido alvo de interpretação por parte do júri, portanto, gostaria que também
23 fossem mais concretos nas intervenções que faziam.

24
25 **O Presidente da Câmara**, relativamente às questões da ROC, expôs que, de facto,
26 mencionava aquela questão do elevado risco, relacionado com um conjunto de questões
27 colocadas e repetidas em vários relatórios, decorrentes depois das medidas que foram
28 tomadas para dar resposta, mas não dizia que não tinha sido feito nada porque foi feito e
29 muito, e recordou que tinham sido tomadas medidas imediatas de substituição da
30 totalidade da equipa da Tesouraria e colocada uma nova equipa que não tinha qualquer
31 informação prévia da mesma, e agradeceu aos trabalhadores municipais que aceitaram
32 aquela difícil tarefa, que tiveram de se adaptar, de fazer uma recuperação completa de
33 reconhecimento da sua própria atividade e do seu trabalho, que obviamente demorou
34 algum tempo e levou a que, por exemplo, as reconciliações bancárias se atrasassem, mas
35 que já estavam recuperadas. Referiu que tomaram medidas em relação às questões da
36 receita, nomeadamente de zonas onde o controlo da mesma poderia deixar dúvidas, por
37 ser manual, mas que, naquele momento, já a tinham informatizada para evitarem
38 exatamente aquelas dificuldades, e disse que poderia enumerar um conjunto de medidas
39 que foram tomadas, muitas delas em consonância com a Senhora Revisora, tendo em
40 conta as reuniões e o trabalho que tinham vindo a fazer. Transmitiu que sua leitura não
41 lhe deixava aquelas preocupações porque o trabalho tinha sido definido, estava a ser
42 realizado e o calendário estava a ser cumprido.

43
44 Acerca da taxa de execução dos Fundos Comunitários, confessou não perceber o que
45 aquilo queria dizer porque cumpriram todos os projetos a que se candidataram, com a
46 exceção dos Paços do Concelho e da ligação entre a Estação Ferroviária e o Centro
47 Histórico em que foi feita uma reprogramação e que o próprio gestor reconheceu que não
48 seria possível, tendo em conta as dificuldades dos empreiteiros, concluir dentro do prazo
49 e passaram o que faltava para o quadro atual, portanto, executaram tudo a que se tinham
50 comprometido, naturalmente com as reprogramações que foram definidas.

1
2 Sobre as dívidas de água, confirmou que tinham, no final do ano anterior, cerca 4 milhões
3 de euros de dívidas e lembrou que em 2013 tinham 6 milhões de euros de dívidas, que
4 fizeram um projeto de recuperação chegando aos cerca de 2 milhões de euros, mas depois
5 com a pandemia perderam aquele controlo porque deixaram de poder fazer cortes de água
6 e, obviamente, aumentou substancialmente quem não pagava água e devia pagar,
7 portanto, aquele assunto estava a ser retomado, de modo também a resolvê-lo e disse que
8 dava aqueles exemplos concretos porque seriam úteis para perceberem o que estava a ser
9 efetuado.

10
11 Em relação aos investidores reafirmou o que tinha dito, que tinham havido contactos
12 diretos com vários grupos, no plano nacional e internacional, sozinhos ou em conjunto,
13 por exemplo com a Entidade Regional do Turismo, e que a cadeia Hilton tinha sido
14 previamente referenciada, mas se já tinham ou não a intenção de investir em Évora não
15 sabia dizer, mas tinham feito os contactos prévios.

16
17 Confirmou que estavam a fazer as reuniões com todos os Presidente das Juntas de
18 Freguesia, porque tinha sido um compromisso assumido, embora, como sabiam, era um
19 pelouro do Senhor Vereador, no sentido de procurarem ver com cada um dos Presidentes
20 exatamente o que tinham de fazer e o que era possível fazerem no ano 2024 e que aquelas
21 reuniões estavam a ser efetuadas e agendadas, que já tinha reunidos com 3 Presidentes,
22 até àquele momento, e esperava fazer com todos os Presidente das Juntas de Freguesia.

23
24 Relativamente à questão da capacidade de investimentos disse que iria depender muito
25 dos Fundos Comunitários que estivessem disponíveis, porque a Câmara não tinha a
26 capacidade, por si só, de fazer todos os investimentos, e que estavam a falar de milhões
27 de euros, portanto, existiam áreas onde naturalmente aquilo que esperavam era que, com
28 os Fundos Comunitários, e com o PRR pudessem candidatar-se como, por exemplo, as
29 questões ligadas ao espaço público, ao estacionamento ao redor da cidade, um conjunto
30 de situações onde seria possível, ou não, encontrarem soluções, mesmo que o
31 financiamento não passasse diretamente pela Câmara, porque havia áreas onde não se
32 previa financiamento externo, nomeadamente para a rede viária, embora houvesse uma
33 intenção do anterior Governo em criar uma linha de crédito relativamente àquela matéria
34 que era transversal à generalidade do território nacional. Presentemente esperavam saber
35 qual era a posição do atual Governo sobre aquela matéria, mas de facto havia áreas onde
36 não estavam previstos financiamentos ou investimentos e onde era, obviamente, difícil
37 realizar investimentos.

38
39 **O deputado Natanael Vinha** começou com a referência ao tempo dizendo que era um
40 bem escasso, era como o dinheiro, sempre escasso, nunca era suficiente, nunca chegava
41 para tudo o que queria dizer ou o que queria fazer e depois era a forma como era
42 distribuído, por exemplo, ali na Assembleia Municipal o MMPI tinha 14 minutos naquele
43 ponto de ordem de trabalhos e representa 1 eleito, o Partido Socialista tem 41 minutos e
44 representa 13 eleitos, o que significava que o senhor Presidente da Junta de Nossa Senhora
45 de Machede tinha 14 minutos para usar da palavra e cada membro da bancada do Partido
46 Socialista tinha 3 minutos e 15 segundos para usar da palavra, o que resultava que, numa
47 lógica simples, talvez até descabida, mais valia que todos os Presidentes de Junta do
48 Partido Socialista se autonomizassem para terem mais tempo para falar na Assembleia
49 Municipal, mas como nem tudo era tempo, nem tudo era dinheiro, também existiam
50 outros valores em presença sempre, pelo menos para alguns, e a Assembleia Municipal

1 era o órgão político por excelência no Concelho, e que cada um utilizava o tempo que
2 tinha disponível da melhor forma que podia e não apenas por um capricho.
3 Sobre as contas, confessou que estava à espera, depois de ter ouvido na última reunião
4 em que tinha sido pedido o adiamento, da apresentação de outros elementos, mas ficou a
5 perceber que tinha sido só um meio para todos prepararem os seus discursos,
6 nomeadamente voltando até 2013 e a outros pontos, sem, no entanto, dizerem nada de
7 novo, que tinha sido apenas uma tentativa de reescrever a história, de que na altura não
8 tinha havido problemas com crises do sistema financeiro internacional, nem nenhum tipo
9 de dificuldades, na altura havia maiorias políticas que tudo permitiram, só que não como
10 agora. Na altura tinha havido todas as condições e agora não havia nenhuma, e era aquilo
11 que justificavam, mas aquele ponto era só sobre se as contas estavam bem feitas ou mal
12 feitas, não era sobre se tinham sido executados uns quantos metros quadrados de calçada,
13 não era aquilo que estava ali em causa porque era aquilo que lhes era apresentado nos
14 planos de atividades e na informação que a Câmara lhes enviava. A questão colocada, e
15 também para o futuro fosse quem fosse, era que a gestão municipal importava, que o
16 sistema contabilístico estivesse, se não, perfeito, pelo menos suficientemente afinado para
17 que não acontecessem coisas que até já tinham acontecido no passado. Compete-lhes
18 reduzir os riscos e criarem mecanismos para que tal não acontecesse, fazerem tudo o que
19 estivesse ao seu alcance. No fundo o Partido Socialista, que tinha votado contra aquela
20 Prestação de Contas, teve como foco a questão na Câmara Municipal e pretendia agora
21 fazer exatamente a mesma coisa.

22 Referiu estarem um bocado desiludidos porque esperavam que tivesse havido uma
23 evolução na posição, que lhes fossem prestados esclarecimentos adicionais e afinal tinha
24 sido só um “dourar da pílula”, um contarem a história melhor, como se estivessem, ao
25 votar contra a prestação de contas, a votar contra todas as benfeitorias que lhes
26 apresentaram e com as quais tinham a sorte de conviver, e depois viram o senhor
27 Presidente da Câmara terminar a sua intervenção focando-se no que a ROC dizia,
28 formalmente, de que a legislação de 2015 estava cumprida, mas viram a bancada do PCP
29 a ter um discurso apenas sobre todos os outros conteúdos menos as contas, numa
30 discussão sobre as contas. Referiu que considerava normal aquelas discussões em
31 democracia, aquela utilização do tempo, aquela exposição das ideias, a construção das
32 narrativas, mas o que não considerava muito normal era que não se respondesse
33 diretamente às questões que eram colocadas, que se insistisse em narrativas
34 completamente inverosímeis, em que ninguém acreditava e ninguém sentia. Já não era
35 uma questão de perceção, era uma questão de realidade e de insistência em tentar atirar
36 culpas, nomeadamente aquelas questões do Governo, que não havia um programa para
37 arranjar as estradas, mas havia uma coisa que era o IUC, o imposto de circulação, que
38 era uma receita Municipal que deveria servir para alguma coisa, e outros impostos, mas
39 que não iria insistir nas contas que eram feitas, porque já por 2 ou 3 vezes tinha colocado
40 questões muito diretas, relacionadas com cobranças e nunca lhe tinha sido dada uma
41 resposta direta. Afirmou ser grave a falta de controlo interno e a inexistência reiterada de
42 práticas adequadas para controlo do recurso público, que era o que os levava a votar
43 contra aquela Prestação de Contas, sabendo que só teria um significado pedagógico e
44 político porque, para todos os efeitos, o senhor Presidente da Câmara já tinha enviado as
45 Contas para todos os organismos para onde teria de enviar, satisfazendo as necessidades
46 legais, mas havia mais vida para além da legalidade, no sentido em que o estrito
47 cumprimento da legalidade, para muitas coisas, não era suficiente, era preciso um pouco
48 mais.

1 **O deputado Joaquim Piteira** começou por esclarecer que não era sua intenção intervir
2 porque respeitava o tempo, mas pela infeliz intervenção do Senhor Natanael Vinha e pela
3 honra do MMPI de Machede teve que intervir, referindo ter sido mais uma amostra de
4 uma intervenção e que se estivesse calado, sem dizer nada, se tinha ganho muito tempo,
5 porque ninguém tinha percebido nada do que tinha dito, a não ser uma comparação entre
6 os 14 minutos de Machede e os do PS, e realçou que a questão era que cada segundo que
7 intervinha era em defesa de uma população, de 1000 pessoas de Nossa Senhora de
8 Machede, que todos os segundos eram em defesa da melhoria da qualidade de vida, da
9 estrada, da extensão de saúde, dos caminhos, da ribeira, do jardim de infância e da escola,
10 porque o seu propósito era defender a população.

11 Disse que atualmente se arrependia dos minutos que tinha dado, alguns até ao Senhor
12 Natanael, porque esgotavam o tempo a dizer determinadas coisas que nada tinham a ver,
13 muitas vezes, com o que estavam ali a debater, sobretudo o que era o discurso da
14 Assembleia Municipal, o que era bom para os Eborenses e para toda a população que ali
15 defendiam, porque falavam em abstrato e sugeriu que os serviços da Assembleia
16 examinassem nas atas os tempos das intervenções do Senhor Natanael e as suas, que
17 somassem os minutos para verem quem era concreto para com as populações e qual tinha
18 sido o sumo em concreto de benefício para as populações.

19
20 **A deputada Paula Pita** realçou que o que estavam a discutir e o que era importante era
21 avaliarem aquele Relatório e a Prestação de Contas, que tudo o resto era sucessório, era
22 só para florir, e o que considerava importante era a avaliação da ROC que dizia “O
23 relatório de gestão está conforme as contas do exercício e refere os aspetos mais
24 significativos da atividade desenvolvida e a demonstração financeira relativa a 2023 está
25 de acordo com as disposições contabilísticas”, portanto, o que estava ali em votação não
26 eram os considerandos da CDU e as suas prioridades, porque de certeza as prioridades
27 eram diferentes das deles, dando como exemplo de que só para o Artes à Rua e o Festival
28 Imaterial foram quase 500 mil euros, portanto, o que ali estava era o Relatório Técnico
29 elaborado e validado pela ROC, que foi escolhida por unanimidade por todos os
30 Vereadores da Câmara, e na sua perspetiva e do MCE votar contra era pôr em causa a
31 honorabilidade e a integridade da ROC, pelo que considerou não ter conhecimentos para
32 o fazer, ou alguma intenção de o fazer.

33
34 **O deputado Natanael Vinha** perante a intervenção do Senhor Piteira, que já o conhecia
35 há muito tempo, mas que ele não o conhecia assim tão bem porque tinha dito coisas que
36 não correspondiam à verdade acerca da sua pessoa e porque não se tinha referido
37 pessoalmente a ele, portanto, disse que só tinha 2 hipóteses, ou pedia uma defesa da honra
38 ou pedia para intervir dentro do tempo que ainda têm disponível e tomou a segunda opção,
39 não tinha pedido a defesa de honra por uma questão simbólica, porque não ofendia quem
40 queria, só ofendia quem deixassem que ofendesse e, portanto, era continuar a tentar se
41 era aquele o seu objetivo, senão também não valia a pena e ficavam por ali. Também,
42 naquela intervenção, o Senhor Piteira tinha demonstrado aquilo que quis dizer e que se
43 ele não tinha conseguido perceber lamentava e depois poderiam tentar numa outra vez.
44 Quanto à contabilização de quem defendia o quê, disse que ficaria contente se alguém o
45 conseguisse fazer, mas ainda assim seria sempre uma opinião.

46
47 **O deputado Francisco Figueira** começou por dizer que, talvez pela primeira vez naquele
48 Mandato, iria concordar com o deputado José Figueira, que com certeza o iria
49 surpreender, porque de facto concordava com a primeira parte da sua intervenção, quando
50 leu que “em 2013 recebeu a Câmara em estado de trombose”. Referiu que o problema era

1 que iriam deixá-la em estado de trombose comatosa, esse era o problema estrutural que
2 estavam ali a discutir, e que na sua longa intervenção e até na intervenção que o senhor
3 Presidente da Câmara tinha feito, tinha sido falada a questão do PAEL que, numa
4 linguagem mais coloquial, tinha sido a Troika que o Partido Socialista tinha levado para
5 a Câmara de Évora, mas a CDU atacava o PAEL e depois pretendia fazer bandeira dos
6 resultados financeiros que tinha obtido com as taxas máximas que o PAEL lhe tinha
7 permitido praticar, o que era uma coisa que a população de Évora objetivamente tinha
8 também de compreender, e a CDU também falou sobre os investimentos que obviamente
9 a Câmara não conseguia fazer, do ponto de vista financeiro, sem o apoio dos fundos
10 comunitários ao mesmo tempo que fazia campanha a dizer que Portugal tinha de se
11 preparar para sair do euro.

12 Mencionou compreender perfeitamente que o Senhor Presidente da Câmara se tivesse
13 exaltado um pouco quando respondeu a uma intervenção que tinha feito, e que
14 propositadamente não lhe respondeu naquele enquadramento, mas que não tinha
15 nenhuma dúvida de que a CDU, e os eleitos da CDU, tinham procurado fazer um esforço
16 máximo na gestão da Câmara, mas que o problema era que ao esforço máximo da CDU
17 corresponderam resultados mínimos e era por isso que estavam ali em São Manços, ao
18 fim de 11 anos daquela governação, e ainda não tinham sido sequer capazes de fazer uma
19 obra de 350 mil euros para o fornecimento da água em condições à população de São
20 Manços, o que não tinha nada a ver com partidarite nem com populismos, porque
21 debaterem as questões e os problemas do povo e das comunidades era enfrentar as coisas
22 com a verdade e quem tinha tido a responsabilidade de governar a Câmara ao longo de
23 mais de uma década tinha sido a CDU, não tinha sido o PS, nem o PSD, nem o MCE.

24 Referiu que tinha ficado satisfeito pelo senhor Presidente da Câmara ter assumido, e dito
25 de viva voz, que não sacudia a água do capote relativamente aos problemas da água que
26 se verificavam em São Manços, porque normalmente as ervas não eram culpa da Câmara,
27 era porque havia qualquer problema das alterações climáticas ou porque não utilizavam
28 químicos, ou como não tinha havido Orçamento da Assembleia Municipal para a
29 comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, um Orçamento autónomo que aquela
30 Assembleia tinha deliberado, com certeza também não tinha sido culpa de quem tinha
31 apresentado o Orçamento, mas devia ser de quem não o apresentou, como o estado
32 comatoso em que se encontrava a habitação na cidade de Évora e no Concelho se calhar
33 também era culpa do Hamas e da guerra da Ucrânia, portanto, a CDU tinha tido todas as
34 condições de governabilidade até ali, e que a partir de determinado momento o PSD tinha
35 entendido que a CDU não tinha capacidade, como se estava a ver, para resolver os
36 problemas estruturais que se verificavam no Concelho, o que não era culpa de ninguém,
37 era uma questão factual da vida das populações para perceberem aquilo que, infelizmente,
38 não tinham sido capazes e aquela tinha sido a conclusão a que chegaram e que dali a 15
39 meses o povo iria pronunciar-se e eles ali estariam para retirarem as conclusões que
40 fossem necessárias.

41 Mencionou que iriam perceber se a bancada do Partido Socialista alterava, ou não, o voto
42 dos seus Vereadores na Câmara de Évora, e compreendendo os problemas dos senhores
43 Presidentes de Junta que tinham que responder perante as suas populações, em que
44 objetivamente na sua grande maioria se tinham colocado ao lado do Presidente da Câmara
45 e da minoria CDU, com certeza com boas razões, mas na verdade depois à medida que as
46 intervenções se iam sucedendo nas Assembleias Municipais todos assacavam
47 responsabilidades ao Executivo da Câmara de que os seus problemas não estavam
48 resolvidos e que tinham de ter uma cultura de responsabilidade face às populações e na
49 resposta concreta e disse que era aquele apelo que ali deixava, porque aquela Assembleia
50 deveria servir para festejarem terem resolvido o problema da água em São Manços, mas

1 a verdade foi que chegaram ali entre as forças que governaram a Câmara sem nenhuma
2 resposta e ninguém foi capaz de dizer quando iria ser respondido, mas pelo menos já tinha
3 havido alguém que tinha assumido a responsabilidade, que já não era mau, já era um
4 passo.

5
6 **O deputado Gonçalo Costa** informou que o sentido de voto deles já tinha sido expresso
7 e que os motivos já tinham sido devidamente justificados, portanto iriam manter o sentido
8 de voto que os seus Vereadores tinham assumido na reunião de Câmara, reforçando os
9 aspetos que salientaram porque, apesar de a Revisora ter dito que estava de acordo, existia
10 um vasto conjunto de insuficiências, de reservas e de considerações que não lhes
11 permitiam, em consciência, assumir uma posição de aprovação daquele documento
12 porque existia um conjunto manifestamente grande de fragilidades nos mecanismos de
13 controlo interno da Câmara Municipal que não lhes permitiam garantir que o equilíbrio e
14 as contas do Município estavam de acordo com a situação real, porque só o facto de não
15 ter sido feita a reconciliação bancária era absolutamente inconcebível, o facto de a
16 faturação eletrónica não estar implementada de uma forma transversal, a todos os serviços
17 da Câmara, o que não permitia garantir que o dinheiro e que os fluxos de tesouraria
18 estavam realmente controlados e o facto do Balanço Social não estar feito não tinha
19 explicação. Havia um vasto conjunto de situações que não lhes permitia, em consciência,
20 e acima de tudo com a responsabilidade que o exercício de funções públicas acarretava,
21 dar um voto favorável àquele documento e, portanto, o sentido de voto deles seria
22 exatamente o mesmo que a atitude responsável dos seus Vereadores tinha assumido na
23 Câmara Municipal, de não poderem aprovar aquele documento e esperava que, com as
24 todas as questões que a bancada do PSD tinha elencado naquela sessão, os acompanhasse
25 naquele sentido de voto.

26
27 **O deputado Francisco Figueira** esclareceu que o PSD iria abster-se naquela votação e
28 que assumiam, como a bancada Municipal, a declaração de voto dos seus Vereadores na
29 Câmara Municipal.

30
31 **O Presidente da Câmara**, em relação à intervenção do deputado Francisco Figueira,
32 representante da minoria do PSD na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, disse
33 que a compreendia, porque já estava a olhar para as eleições e a prepará-las e que foi o
34 que orientou aquele discurso, ou seja, acusava a CDU de não ter feito nada, mas que
35 alguma teria feito e aproveitou para esclarecer que conhecia, na União Europeia, um
36 conjunto de países que não estava no euro, mas que estava no Fundo de Coesão e recebia
37 as verbas, portanto aquela ideia de que, com a saída do euro, se perdia o Fundo de Coesão
38 não era verdadeira.

39
40 Considerou que entendia a acusação de que a CDU atirava as responsabilidades para cima
41 do Governo, mas que, pelo menos, se reconhecesse que o problema da habitação não era
42 apenas um problema das Câmaras Municipais, era um problema nacional, aliás, naquele
43 momento já era um problema europeu, portanto era importante que houvesse alguma
44 seriedade na forma como tratavam aquele assunto porque implicava haver,
45 obrigatoriamente, uma cooperação entre as várias instâncias e que não havendo aquela
46 cooperação não havia as soluções, e dizer-se que a responsabilidade era só da Câmara, ou
47 deste ou daquele, não resolveria o problema, portanto, era importante que se reconhecesse
48 aquela questão, no sentido de procurarem resolver os problemas.

1 Relativamente à intervenção do Deputado Gonçalo Costa, recordou que, na penúltima
2 reunião da Câmara Municipal, o senhor Vereador tinha dito que a razão do voto contra
3 do PS não era o relatório da Revisora Oficial de Contas.

4
5 **O deputado Gonçalo Costa** disse que, como o senhor Vereador não estava presente para
6 lhe perguntar diretamente, considerava aquele comentário desnecessário e sem sentido.

7
8 **O Presidente da Câmara** clarificou que não faria aquela intervenção se aquela questão
9 não tivesse sido expressamente colocada na reunião de Câmara e que estava gravada,
10 tendo surgido pelo facto de o senhor Vereador ter perguntado por que razão tinha pedido
11 o adiamento da apreciação, e sublinhou, da apreciação da prestação de contas na
12 Assembleia Municipal.

13
14 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e dos
15 deputados e não verificando mais pedidos, submeteu a presente Prestação de Contas 2023,
16 a votação.

17
18 **Deliberação da Prestação de Contas 2023:**

19 Mereceu a seguinte votação: 13 votos contra do PS, 9 votos a favor (7 da CDU, 1 do
20 MMPI e 1 do MICAZA) e 10 abstenções (1 do BE, 3 do MCE, 5 da Coligação Mudar
21 Com Confiança e 1 do Chega), verificando-se 32 presenças.

22
23 **O deputado Francisco Figueira** apresentou a seguinte declaração de voto, que se
24 transcreve na íntegra:

25 *“Gostaria de começar por saudar, uma vez mais, os profissionais da Câmara Municipal*
26 *de Évora pelo trabalho realizado ao longo do ano de 2023.*

27 *A apreciação do documento que fazemos é, eminentemente, política, e não técnica.*

28 *Reconhecemos o empenho e colaboração da generalidade dos trabalhadores do*
29 *Município continuando, todavia, a verificar que o Executivo CDU continua a recorrer*
30 *muitas vezes a Avenças Externas, mesmo existindo recursos no Município, o que leva a*
31 *situações de desperdício de recursos, desmotivação dos trabalhadores do município e,*
32 *claro, o aumento de custo em fornecimentos e serviços externos.*

33 *Estamos hoje a apreciar um conjunto de documentos de reporte e prestação de contas*
34 *face ao ano de 2023.*

35 *A nossa apreciação geral continua a não ser positiva. Continuamos a entender que, com*
36 *os recursos humanos que o município tem ao seu dispor - perto de 1.400 trabalhadores -*
37 *e com o orçamento disponível neste ano - cerca de 64 milhões de euros, seria possível e*
38 *desejável fazer mais e melhor.*

39 *Nas diferentes dimensões de gestão quotidiana do município, continuámos a ver*
40 *ineficiências e a ausência de medidas estruturais ou corretivas para as questões básicas*
41 *da limpeza e manutenção dos espaços públicos - ervas, lixos, depósitos ilegais, ... sendo*
42 *esta uma das principais queixas dos eborenses.*

43 *Em 2023, pouco se avançou na conservação e melhoria das vias rodoviárias, excetuando-*
44 *se parte da variante, mantendo-se num estado de degradação inaceitável para a nossa*
45 *cidade.*

46 *Aliás, os problemas de mobilidade em Évora têm vindo a agravar-se e, apesar de*
47 *finalmente se ter aprovado o Pano de Mobilidade Urbana, para os Eborenses, pouco ou*
48 *nada tem positivamente mudado, antes pelo contrário.*

49 *Por outro lado, ao nível da conservação e valorização do património edificado,*
50 *continuamos a ver arrastar-se processos anos atrás de anos, alguns dos quais vêm do*

1 Mandato anterior, como seja a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda do
2 Centro Histórico de Évora, a definição da Zona Especial Proteção do Centro Histórico,
3 a recuperação da Iluminação da Praça do Giraldo e Arcadas, das Muralhas, a
4 realocação dos serviços de higiene no largo Machede velho, o plano de gestão e
5 salvaguarda do Cromeleque dos Almendres entre tantos outros. A intervenção na Rua
6 Mendo Estevens também não avança e ainda não foi em 2023 que o Salão Central abriu
7 ao público.

8 O Programa de Prevenção e Remoção de Pichagens ficou na gaveta, deixando proliferar
9 este conjunto de agressões ao património privado e público na nossa cidade, e a
10 implementação da videovigilância no Centro Histórico apenas avançou a custo, estando
11 ainda muito longe da sua concretização. Este é um assunto que ganha importância a
12 cada dia que passa.

13 Os bairros continuam sem ver investimentos dignos desse nome, mantendo-se apenas
14 uma limpeza intermitente que não satisfaz os seus moradores. Na Malagueira, continua
15 sem se proceder à reparação da conduta, nem cuidar dos espaços públicos, nem se
16 avançou com o programa de pinturas.

17 Sobre equipamentos municipais, também ainda não foi em 2023 que se avançou na
18 empreitada de reabilitação do Centro de Recolha Oficial, vulgo canil, do Município,
19 mantendo-se este a funcionar em condições muito pouco adequadas para os seus
20 trabalhadores e voluntários, e também sem condições para acolher as dezenas de
21 animais.

22 Salva-se a instalação de câmara de videovigilância neste equipamento, depois de muita
23 insistência por parte por parte dos Vereadores do PSD.

24 Felicita-se a concretização da concretização e inauguração da Ludoteca de Évora, um
25 espaço renovado para as nossas crianças, não podendo de deixar uma forte crítica, uma
26 vez mais, ao total desinvestimento na conservação e valorização dos Parques Infantis da
27 nossa cidade. Não é aceitável que estes equipamentos se encontrem no total estado de
28 degradação e abandono em que se encontram.

29 Na área social, acentuam-se alguns problemas sociais, designadamente na área da
30 pobreza, como é referido no Relatório em apreciação, assim como nas áreas da exclusão
31 social. O investimento previsto para o Centro de Acolhimento Temporário, em
32 colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Évora, financiado pelo PRR, tarda
33 em avançar, colocando-se mesmo em causa a eventual perda de financiamento.

34 Sobre política de juventude, vemos algumas melhorias, mas ainda estamos longe de
35 Évora ser uma que pensa verdadeiramente em criar condições para que os jovens aqui
36 se concretizem nas diferentes dimensões, ainda estamos longe de ser uma cidade jovem!

37 O investimento nas organizações juvenis continua a ser residual - 19 mil euros - e ficou
38 muito longe dos prometidos 40 mil euros.

39 Nota positiva para a concretização, ainda que com muitas demoras e entraves, no
40 programa de investimento de reabilitação das infraestruturas desportivas, um programa
41 que consideramos estrutural para dinamizar o nosso tecido associativo na área do
42 desporto.

43 Igualmente seria importante concretizar a Comissão Municipal do Desporto, aprovado
44 por unanimidade nesta Câmara em 2021, sem qualquer avanço até ao momento.
45 Recordamos também que o Estudo para a concretização do Centro de Alto Rendimento
46 desportivo continua sem avançar.

47 Também no que diz respeito à dimensão económica, registamos que continua sem se
48 avançar numa verdadeira estrutura de promoção, valorização e coordenação das zonas
49 e parques industriais, de uma política proactiva e diligente de atração e apoio ao

1 investimento. A zona industrial de Nossa Senhora de Machede, prometida desde 2017,
2 ainda não é uma realidade.

3 O Município vai respondendo aos estímulos externos - lentamente - e não é um agente
4 dinamizador da dimensão económica, a qual cria emprego, acrescenta valor a cidade e
5 concelho, melhora a qualidade de vida dos Eborenses, atraia e fixa novos residentes.

6 Todavia, sem habitação não conseguimos garantir a vinda de novos residentes. Os
7 processos de loteamentos privados não avançam - falta sempre mais algum elemento -
8 com elevados prejuízos para todos os eborenses que não conseguem ter acesso a
9 habitação de qualidade.

10 A Estratégia Local de Habitação a avançar, embora lentamente. A empreitada da Rua
11 das 12 Casas continua por concretizar e o investimento na conservação do edificado
12 social, via Habévora, foi muito baixo.

13 O acesso a habitação é hoje um verdadeiro drama para os Eborenses, e o Município não
14 tem sido um parceiro ativo para a solução destas questões, antes pelo contrário. O PDM
15 foi desenvolvido de forma lenta e atabalhoada, tendo passada mais de 2 anos desde a sua
16 entrega na CCDRA. A revisão do PUE também se afigura não responder às necessidades
17 dos vários stakeholders da cidade.

18 A nível da promoção turística, mantêm-se também uma ténue atividade, destacando-se
19 apenas a presença na BTL. O nosso Posto de Turismo continua por se adaptar às novas
20 realidades, a sinalética turística fica para as calendas e o Centro Interpretativo de Évora
21 sito no Palácio D. Manuel, continua a encerrar ao Domingo. Estamos longe de criar
22 condições para Évora se potenciar plenamente esta dimensão.

23 Continuamos, ao invés, a verificar um investimento desproporcional nos eventos
24 culturais próprios do Município, embora com custos mais controlados, mais ainda assim
25 com um peso excessivo face ao impacto cultural, social ou económico que realmente
26 produz.

27 Preocupa-nos o grande projeto Évora Capital Europeia da Cultura, não tanto a sua
28 dimensão imaterial, mas a componente infraestrutural. É fundamental ter os projetos
29 desenvolvidos para os poder vir a candidatar e executar.

30 O tempo passa e estamos a cerca de 30 meses do seu início! Como vamos acolher
31 centenas de milhares de visitantes no nosso espaço público que já hoje não dá resposta
32 às necessidades básicas na área do estacionamento, da mobilidade, da higiene e limpeza,
33 nos equipamentos urbanos e em tantas outras dimensões? Onde vamos realizar e acolher
34 eventos de natureza cultural?

35 Enfim, poderíamos ainda continuar a identificar outras grandes fragilidades de mais um
36 ano do Executivo da CDU, mas penso já ser suficiente para ilustrar o nosso
37 descontentamento, e que temos reiteradamente referido nesta Câmara, sendo que
38 avaliação final será feita pelos Eborenses já no próximo ano.

39 Senhor Presidente,

40 No que diz respeito às contas, ficamos mesmo muito preocupados com o que lemos.

41 Efetivamente, o Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de
42 Évora de 2023, de autoria da Revisão Oficial de Contas, é muito, muito preocupante...

43 Primeiro, voltamos ao ponto do número de trabalhadores no Município.

44 Recorde-se que ainda não temos aprovado o Balanço Social de 2023 - o que já deveria
45 ter ocorrido - mas o Relatório de Gestão regista que em dezembro de 2023 o Município
46 contava com 1337 trabalhadores, sem contar as Avenças.

47 A massa salarial totalizava cerca 44,11% dos custos totais da Câmara Municipal. É um
48 valor que, todos sabemos, não é comportável, pois amputa o município da
49 disponibilidade de verbas para outras funções essenciais.

1 Gastar praticamente metade do nosso orçamento em pessoa é muito preocupante.
 2 Recordo que o valor médio dos Municípios em Portugal ronda os 30%.
 3 Em 2023, o Município contratou 216 novos trabalhadores, para além dos quase 300 que
 4 são referidos terem vindo por transferência de competências.
 5 Certo que saíram 76, mas, ainda assim, este é número não era tão grande desde os tempos
 6 do PS, que nos levaram ao sobreendividamento e ao PAEL.
 7 A continuar assim, o Município fica sem liberdade para intervir noutras dimensões
 8 básicas de gestão da cidade, a não ser que se vá financiar à banca, como aliás já o fez
 9 em finais de 2023 no valor de 3,5 milhões de euros, com os inevitáveis custos financeiros
 10 que serão pagos por todos os Eborenses.
 11 Pagamos, em média, mais de 1 milhão de euros por ano em juros à banca.
 12 Continua, também, sem ser negociado os contratos de fornecimento de água com a Águas
 13 Vale do Tejo, que pesam muito no orçamento municipal, assim como não se tem investido
 14 na diminuição de água não faturada, que se encontra com valores superiores a 25%.
 15 É urgente intervir nesta dimensão, não só por causa dos custos económicos, mas também
 16 pela dimensão ambiental. Também ao nível da gestão de resíduos, que teve este ano um
 17 incremento muito substancial, é fundamental intervir, também pela razão económica e
 18 ambiental.
 19 Sobre as questões de "dificuldades de tesouraria" que o Senhor Presidente aqui há umas
 20 semanas anunciava, vale a pena sublinhar o que está expresso no Relatório da ROC: "A
 21 falta de controlo interno é evidente e significativa, pelo que mais uma vez se impõe dever
 22 serem tomadas medidas de urgência extrema e impositiva."
 23 E também vale a pena referir o que vem expresso sobre os desvios na tesouraria detetados
 24 há cerca de 2 anos, mas cujos sinais já vinham de anos anteriores: "O valor de
 25 411.328,15 € assumiu-se como a responsabilidade a atribuir ao processo de apropriação
 26 indevida de ativos. Considerando-se ser um valor sobre o qual recai um risco de não
 27 recuperabilidade(..). Aquando da sua conclusão todos os valores serão ajustados e a
 28 provisão passará a ser reclassificada como imparidade, ponderado que será o nível de
 29 risco de incobrabilidade."
 30 Refere ainda que "as reconciliações bancárias do exercício de 2023, ainda não estão
 31 concluídas, por um lado por via dos efeitos detetados no ano anterior e por outro por via
 32 dos movimentos do exercício de 2023, que não permitiram a conciliação de todos os
 33 movimentos em processo.
 34 Apesar das mudanças operadas, a falta de controlo interno ainda se apresenta com
 35 elevado risco de exposição e responsabilidade. Todavia entendemos que neste exercício,
 36 não se trate de apropriação indevida de ativos, mas antes de falta de controlo e práticas
 37 mais apropriadas e adequadas ao elevado movimento financeiro que o Município tem.
 38 "As fundadas dúvidas que temos reiteradamente apresentado, levaram-nos mesmo a
 39 solicitar uma Auditoria Externa às contas do Município, em finais de 2022.
 40 Apesar de tudo, o Município cumpre os limites em relação à dívida total, apurando um
 41 valor de dívida (incluindo participadas) de 50,2 milhões de euros, mantendo a trajetória
 42 de descida do valor da dívida, o que se felicita.
 43 A dívida diminuiu assim cerca de 3 milhões, estando a Margem para Endividamento na
 44 ordem dos 6,8 milhões de euros o que, sendo positivo, não nos permite encarar os
 45 grandes desafios que temos, designadamente com Évora Capital Europeia da Cultura,
 46 com grande à vontade.
 47 Sobre os pagamentos em atraso, apesar dos dados oficiais referenciarem 22, ou 50 dias,
 48 dependendo da contabilização, temos tido reiteradamente contactos de fornecedores que
 49 afirma ter pagamentos em atraso, designadamente os relacionados com feira e festivais.

1 O Município cumpre a regra de equilíbrio orçamental, embora tenha diminuído em 4
2 milhões de euros este valor, diminuindo de 8,4 milhões de euros em 2022 para 4,4
3 milhões de euros.

4 O Relatório refere também que o Município obteve um resultado líquido negativo de
5 3.416.939,95 €, ou seja, 3,5 milhões de euros, para simplificar.

6 Parecem ter existido problemas com a obtenção da execução da receita, a qual atingiu
7 um grau de 76,46%, contra 83,54% em 2022, posicionando-se a mesma abaixo do limiar
8 de alerta precoce (85%). No ano de 2021 o índice de execução da receita foi de 87,7%.

9 Refere o Relatório do ROC que "a implementação e monitorização adequada do
10 regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do
11 funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município. Reforça-se a
12 importância urgente e inadiável ao nível da arrecadação da receita e tesouraria".

13 Assim, foi absorvido parte do saldo de gerência do ano anterior em cerca de 2 milhões
14 de euros. Entre 2021 e 2023, o saldo de gerência orçamental passou de 4,8 milhões de
15 euros para 1,7 milhões de euros, consumindo valor gerado anteriormente de 3,1 milhões
16 de euros, essencialmente por via das atividades operacionais! Isto não é, obviamente,
17 sustentável.

18 O saldo da gerência orçamental para o ano seguinte (2024) é de 2,6 milhões de euros
19 (1,7 milhões de euros de saldo orçamental e 863 mil euros de operações de tesouraria),
20 pelo que, a este ritmo, chegaremos a 2025 com saldo de gerência zero ou negativo...?
21 Que contas vai a CDU deixar para o próximo Executivo?

22 Por último, nota para o facto do Relatórios do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção
23 e Infrações Conexas do Município para os anos 2022 e 2023 não estarem elaborados.
24 Conforme anteriormente referido, também o Balanço Social de 2023 não se encontra
25 elaborado nesta data, assim como os Relatórios de Avaliação do Direito à Oposição
26 (2022 e 2023).

27 Em coerência com o que temos referido, iremos manter o nosso Voto de Abstenção com
28 Declaração de Voto, considerando que as contas foram devidamente auditadas pela
29 Revisora Oficial de Contas e, nesse sentido, não nos merece falta de confiança.

30 Os resultados económico-financeiros obtidos pela gestão do Executivo CDU, essa sim,
31 merece-nos forte preocupação, e isso mesmo temos reiteradamente referido em várias
32 reuniões públicas de Câmara. ”

33
34 **A deputada Maria Antónia Zacarias** leu a seguinte Declaração de Voto, que se
35 transcreve na íntegra:

36 “O MICAZA – Movimento Independente de Coesão Azarujense entende que deve fazer
37 parte da solução e nunca do problema. Deste modo, justificamos a decisão de
38 APROVAÇÃO das Contas do ano de 2023, apesar das fragilidades financeiras que este
39 órgão autárquico continua a demonstrar e que tem impacto na sua gestão corrente e,
40 consequentemente, na futura.

41 É importante salientar que esta decisão assenta ainda na necessidade de encerrar este
42 capítulo, devendo o executivo tirar os ensinamentos sobre os erros cometidos no passado,
43 para que possa corrigi-los no presente.

44 Daí a declaração de voto do MICAZA que destaca o esquecimento a que as freguesias
45 rurais foram votadas, nomeadamente a freguesia de São Bento do Mato – Azaruja.

46 Esta que não tem merecido uma visão estratégica por parte do executivo que não tem
47 contribuído para minimizar as fragilidades deste território.

48 Os problemas da nossa freguesia são conhecidos por todos, estão identificados e muitos
49 deles continuam sem solução à vista. A rede viária permanece num estado degradado há

décadas e não há investimento na requalificação urbana. Os projetos apresentados e que constam das Opções do Plano são os mesmos todos os anos, uma vez que não são atendidos. Deve o executivo da Câmara Municipal de Évora perceber que a decisão do MICAZA em aprovar estas contas é o último voto de confiança que dá, pois, este movimento candidatou-se às eleições autárquicas para fazer diferente, por acreditar que era possível governar de forma diferente, virado única e exclusivamente para a nossa terra. O MICAZA garantiu aos azarujenses que podiam contar com o empenho de toda a equipa para, em conjunto com a autarquia, encontrar a melhor solução para resolver as problemáticas existentes em Azaruja. Continuamos à espera...sem vagar...”

A deputada Elmina Lopes leu a seguinte Declaração de Voto que se transcreve na íntegra:

“Estamos muito melhores do que antes e caminhamos para o futuro com confiança! Numa década a gestão CDU no município arregaçou as mangas e enfrentou os desafios, encontrou soluções e trouxe-nos aos dias de hoje. Aos dias de hoje, de um município descridibilizado, arrastando consigo a “vergonha” de não cumprir da lei nem os compromissos assumidos, passou-se a um município com um Plano de Saneamento Financeiro que está em curso e que já motivou a redução da dívida herdada em cerca de 47% do que era em 2013. De caminho ainda Évora se tornou Capital Europeia da Cultura 2027. Mas também houve a requalificação do Palácio D. Manuel; do Salão Central Eborense, do Teatro Garcia de Resende, da Ludoteca no parque infantil. Houve um investimento de mais de 1 milhão de euros nas escolas do concelho, por exemplo; a Estratégia Local e o Plano Local de Habitação estão em marcha; temos em curso o Plano de Mobilidade. Num quadro de grandes dificuldades, nomeadamente de inflação e concursos desertos por falta de oponentes, temos procurado cumprir, desde intervenções na rede viária (a variante) a competências impostas, na educação e na saúde. Este é o período de maior investimento e de maior dinamismo a que se assistiu em Évora no século XXI. A CDU reafirma a sua confiança no executivo da Câmara Municipal, que procura levar à prática, contra as adversidades, o programa apresentado aos eborenses e apresenta a sua apreciação favorável à prestação de contas 2023.”

O deputado Gonçalo Costa leu a seguinte Declaração de Voto que se transcreve na íntegra:

“O Partido Socialista de Évora, desde o início deste mandato autárquico, sempre pautou a sua intervenção e atuação com enorme sentido de compromisso e responsabilidade para com os Eborenses e para com o Município. Deste modo, ao contrário de outras forças políticas, assumimos a liderança da oposição de forma construtiva, apresentando propostas com vista à resolução dos problemas com que Évora se debate há vários anos e medidas com vista a melhorar a qualidade de vida dos Eborenses. Para além disso, apesar dos últimos 3 orçamentos da CDU, estarem muito longe daquilo que o PS considera serem as linhas do seu projeto político para o desenvolvimento sócio económico do concelho viabilizámos, através da abstenção, esses instrumentos de gestão, de forma a não bloquear os investimentos em curso no concelho nem dar à CDU a desculpa perfeita para justificar a letargia e abandono a que nos têm coletivamente condenado.

1 A CDU ganhou, há 11 anos atrás, as eleições para a CMÉ, apresentando-se a votos como
2 sendo capaz de resolver todos os problemas do município e colocar Évora de novo no
3 caminho do desenvolvimento. Infelizmente o que temos assistido, ao longo destes anos, é
4 ao lento e penoso definhar do concelho, sempre com a invocação da desculpa da dívida
5 herdada e que ao fim destes anos todos, por incompetência própria (sua), ainda
6 continuamos a ouvir.

7 O Município de Évora tem apenas conseguido aproveitar de forma residual os milhões
8 de euros dos vários instrumentos financeiros à sua disposição, nomeadamente do
9 PT2020, do PRR, do PT2030, ao contrário da grande maioria dos restantes Municípios
10 do país, que têm sabido aproveitar estas oportunidades... mas a culpa para essa
11 procrastinação é sempre dos governos em funções.

12 O nível da gestão autárquica tem vindo a degradar-se ao longo dos últimos exercícios
13 contabilístico, muito em parte devido à saída de vários profissionais qualificados que o
14 Município não tem sabido acarinhar.

15 O Partido Socialista vota desfavoravelmente a aprovação do Relatório de Prestação de
16 Contas 2023 do Município, pois considera que o conjunto de insuficiência, lacunas e
17 reservas que foram identificadas no parecer da Revisora Oficial de Contas não permitem,
18 de forma consciente, viabilizar esse documento.

19 A situação torna-se ainda mais grave porque o ponto esteve inicialmente agendado para
20 a reunião ordinária de Abril e foi retirado da Ordem de Trabalhos, a pedido do próprio
21 Presidente da autarquia, com o compromisso de serem apresentados documentos e
22 explicações adicionais que permitissem colmatar as insuficiências identificadas.

23 Infelizmente nada de novo foi apresentado nem qualquer esclarecimento adicional foi
24 prestado, apesar inclusivamente das interpelações que a bancada do Partido Socialista
25 começou por efetuar, o que urge questionar o porquê de o ponto ter sido inicialmente
26 retirado... parece que afinal mais não passou do que uma manobra de dilação e
27 "empurrar com a barriga" a que a CDU já habituou os Eborenses."

28
29 **O deputado Paulo Ribeiro** leu a seguinte Declaração de Voto que se transcreve na
30 íntegra:

31 „Uma edilidade não se basta com o simples revestimento formal conferido pela
32 observância dos pressupostos de forma e de competência, e pela legitimidade
33 advinda ou emanada dos atos eleitorais.

34 O momento da prestação de contas é um momento em que os diversos atores
35 políticos não podem eximir-se da demonstração das suas atuações e do resultado
36 das mesmas.

37 Primeiramente, impera cumprir de forma particular os funcionários da
38 câmara municipal, saudar o seu comprometimento e o seu empenho, para que a
39 prestação de contas nos chegasse de forma atempada, clara e completa.

40 Saudar o trabalho técnico da revisora oficial de contas, pois a análise aos
41 documentos, o relatório produzido, bem como os demais trabalhos técnicos não nos
42 oferecem qualquer dúvida do ponto de vista do cumprimento técnico e legal dos
43 instrumentos técnicos sobre os quais, hoje, nos reunimos nesta Assembleia, para
44 deliberar.

45 A nossa análise, sem pretensões de exaustividade, nem de recurso a demasiados
46 elementos numéricos, pretende trazer à evidência a grande preocupação que temos,
47 em resultado da análise aos documentos que nos foram apresentados e a algumas
48 das dimensões essenciais nos deveres, atribuições e competências da edilidade.

49 A redução da capacidade de crédito, as limitações de tesouraria, a necessidade de
50 implementação de uma metodologia de controlo financeiro mais eficiente e eficaz,

1 os resultados líquidos negativos que quase quadruplicam, face a 2022, e que
2 elevam quase para a centena de milhares de euros negativos, o resultado líquido
3 global da autarquia, constituem as razões das nossas preocupações!
4 Preocupação que adquire particular relevo, quando verificamos a incapacidade crónica
5 de aumentar as receitas Municipais, apesar do Movimento Cuidar de Évora alertar desde
6 sempre para este problema estrutural da gestão Municipal, apresentando ao longo deste
7 mandato várias soluções, como por exemplo a introdução da Taxa Turística, ou a
8 simplificação procedimental na área dos serviços que dão receita ao Município, ou de
9 revisão da Tabela de Taxas, ou ainda, da introdução de uma política de qualidade dos
10 serviços que agilize a obtenção de receita ao mesmo tempo que responde
11 satisfatoriamente aos munícipes.

12 Sr Presidente, senhores deputados,

13 O facto da câmara estar condicionada em termos de tesouraria, pode no momento
14 presente, conduzir a uma circunstância de imobilismo e ser indicador de problemas
15 face ao respeito pelas regras do saneamento financeiro a que estamos obrigados.

16 Uma câmara diminuída em termos de capacidade creditícia, pode ver-se
17 condicionada, a médio e longo prazo, na sua capacidade de investimento e mesmo
18 constituir entrave indelével nos compromissos já assumidos.

19 Paralelamente a tudo o que precede, perde-se capacidade de intervenção em várias
20 valências que carecem de um sério reforço de investimento municipal e prioridade
21 de ação.

22 Estamos perante um calendário virtuoso, PRR, PT2030, EvoraCapital europeia da
23 cultura, construção do novo hospital do Alentejo Central, Ferrovia, IP2, PLH...

24 Oportunidades únicas para o desejável desenvolvimento do nosso concelho.
25 oportunidades únicas para uma alteração de paradigma.

26 Mais, este mandato foi um mandato em que os Municípios conseguiram significativas
27 melhorias nas transferências dos Orçamentos de Estado, por força de ajustamentos à Lei
28 das Finanças locais, pese embora, e apesar do aumento das competências atribuídas,
29 que vieram com financiamento próprio, o que concorreu para a melhoria da capacidade
30 financeira dos Municípios, e o de Évora não foi exceção, apesar de ainda não serem as
31 condições ideais, mas são melhores.

32 O MCE neste capítulo, tem tido uma postura estruturante, pois temos apresentado
33 as nossas preocupações, sempre coadjuvadas de diversas alternativas, temos
34 desenvolvido esse trabalho na assembleia municipal e sobretudo nas diversas
35 reuniões de câmara através da nossa vereadora.

36 Posto isto, a bancada parlamentar do MCE distancia-se dos resultados obtidos em
37 2023, pelo Executivo Municipal, que não corresponderam de todo ao que era
38 exigível em face da realidade económica e financeira do Município, salientando
39 contudo, que nada tem a obstar a qualidade técnica dos instrumentos de gestão que
40 estão a votação, e abstém-se em coerência com aquela que tem sido a nossa posição
41 de ação política transparente e responsável e sempre em consonância com a
42 posição da nossa vereadora Dra. Florbela Fernandes, na reunião de Câmara
43 correspondente. “

44
45 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início
46 ao segundo período de intervenção do público, questionando se haveria algum pedido.
47 Verificando não haver pedidos, por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
48 **Municipal** deu por terminada a Ordem do Dia.

1 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

2
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a ata em minuta iria ser lida pela
4 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

5
6 “Aos 25 dias do mês de maio de 2024, pelas 15 horas, reuniu em sessão extraordinária a
7 Assembleia Municipal de Évora, na Casa do Povo de São Manços, tendo deliberado o
8 seguinte: foi reprovada a Prestação de Contas 2023 com 13 votos contra do PS, 9 votos
9 a favor (7 da CDU, 1 do MMPI e 1 do MICAZA) e 10 abstenções (1 do BE, 3 do MCE, 5
10 da Coligação Mudar Com Confiança e 1 do Chega), verificando-se 32 presenças.”

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a ata em minuta.

13
14 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas
15 as deliberações tomadas da presente ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei
16 nº 75/2013, de 12 de setembro.

17
18 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
19 terminada a Sessão pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se elaborou
20 a presente ata que os membros da mesa subscrevem e assinam.

21
22 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

23
24
25
26
27 _____
28 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*

29
30
31 **O 1º SECRETÁRIO**

32
33 _____
34 *Luís Pardal*

A 2ª SECRETÁRIA

Maria da Nazaré Lança